



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Faculdade de Direito e Relações Internacionais

Curso de Relações Internacionais – FADIR

PÂMELA ARGENTINO REIS

**A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO
NAS MISSÕES DE PAZ DA ONU**

DOURADOS

2018

PÂMELA ARGENTINO REIS

A incorporação da transversalização de gênero nas missões de paz da ONU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Prof. Tchella Fernandes Maso.

DOURADOS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

R375i Reis, Pâmela Argentino
A incorporação da transversalização de gênero nas missões de paz da ONU /
Pâmela Argentino Reis -- Dourados: UFGD, 2018.
71f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Tchella Fernandes Maso

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da
Grande Dourados
Inclui bibliografia

1. ONU. 2. Missão de paz. 3. Pacificadores. 4. Imunidades. 5.
Transversalização de gênero. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 04 de dezembro de 2018, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Pâmela Argentino Reis** tendo como título "A incorporação da transversalização de gênero nas missões de paz da ONU."

Constituíram a Banca Examinadora os professores Ma. Tchella Fernandes Maso (orientadora), Dr. João Urt (examinador) e Ma. Juliana Graffunder Barbosa (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado Aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Tchella F. Maso

Ma. Tchella Fernandes Maso
Orientador (a)

João Urt

Dr. João Urt
Examinador (a)

JuB

Ma. Juliana Graffunder Barbosa
Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, meu mais sincero obrigado. Espero, um dia, ser metade da pessoa que vocês são. Esse trabalho é para vocês.

Ao meu irmão, por ser meu porto seguro.

Aos meus amigos, pois sem eles, a faculdade não teria sido o que foi.

A minha orientadora e aos demais professores, por realizar a profissão de uma form tão linda.

Ao Governo que permitiu que alguém como eu entrasse em uma Universidade Federal, meus mais sinceros agradecimentos.

“Apesar de tudo, eu ainda creio na bondade humana.”

(Anne Frank)

RESUMO

As missões de paz da Organização das Nações Unidas tem como objetivo restaurar ou auxiliar a manutenção da paz em contextos de crise humanitária. Um propósito nobre, mas que contém uma parte obscura: os crimes sexuais cometidos pelos próprios pacificadores. Mais do que isso, a impunidade gozada pelos perpetradores desses crimes. Por conta disso, o intuito desse trabalho é buscar entender a razão pela qual esse fenômeno continua a acontecer. Assim, no primeiro capítulo, busca-se entender como a demanda pelo fim dessa impunidade ganhou espaço no cenário internacional através da transversalização de gênero, esta que é analisada perante a lente do feminismo institucional. No segundo capítulo, é realizada uma breve contextualização sobre a perspectiva feminista quanto a razão pela qual tais crimes ocorrem, e então são mostrados alguns exemplos de casos de abuso e exploração sexual por parte de pacificadores. Por fim, é efetuada uma breve análise do sistema de imunidades da Organização das Nações Unidas, de forma a responder a pergunta se a organização, de fato, incorporou a transversalização de gênero de modo a impactar o ambiente social – ou seja, prevenir e punir aqueles que cometem os crimes sexuais – ou se o discurso foi apenas usado como fonte de legitimação no cenário internacional.

Palavras-chave: ONU. Missão de paz. Pacificadores. Imunidades. Transversalização de gênero.

ABSTRACT

The United Nations peacekeeping operations aim to restore or assist in the maintenance of peace in humanitarian crises contexts. A noble purpose, but it contains an obscure part: the sexual crimes committed by the peacekeepers themselves. More than that, the impunity possessed by those who perpetrated these crimes. Owing to this, the purpose of this work is to understand why this phenomenon continues to happen. Thus, in the first chapter, we seek to understand how the demand for the end of impunity has gained space in the international scenario through gender mainstreaming, which is analyzed through the lens of institutional feminism. In the second chapter, a brief contextualization on the feminist perspective as to why such crimes occurs is made, and then some examples of cases of sexual abuse and exploitation by peacekeepers are shown. Finally, a brief analyses is made of the United Nations immunities system in order to answer the question of whether the organization has, in fact, incorporated gender mainstreaming in order to impact the social environment – that is, to prevent and punish those who commit sex crimes – or if the speech was only used as a source of legitimacy

Key words: UN. Peacekeeping operations. Peacekeepers. Immunities. Gender mainstreaming.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações Não-Governamentais
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
OI	Organizações Internacionais
SEA	Sexual exploitation and abuse
EAS	Exploração e abuso sexual
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para estabilização no Haiti
MONUC	Missão das Nações Unidas nas República Democrática do Congo
CPI	Convenção de Privilégios e Imunidades das Nações Unidas
AEF	Acordos de Estatuto de Forças

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO E FEMINISMO.....	14
2.1 Transversalização de gênero.....	18
2.1.1 Incorporação dos debates de gênero pela ONU.....	20
2.2 A transversalização de gênero na ONU desde a perspectiva do feminismo institucional.....	23
3 ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	29
3.1 Abuso sexual oportunista.....	32
3.2 Abuso planejado e sádico.....	33
3.3 Sexo transacional.....	33
3.4 Exploração e abuso em rede.....	35
3.5 Casos de abuso e exploração sexual.....	36
3.5.1 MONUSCO.....	37
4 AS IMUNIDADES E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	44
4.1 As imunidades dos pacificadores.....	45
4.2 Consequências das imunidades.....	48
4.3 Transversalização como fonte de legitimidade.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

O nome “Nações Unidas” foi cunhado pelo presidente Franklin Delano Roosevelt em 1942 quando, durante a Segunda Guerra Mundial, representantes de 26 nações se comprometeram a “usar todos seus recursos contra os poderes do Eixo e não criar uma paz isolada” (GILES, 2017, p. 152, tradução nossa)¹. Em 1944, representantes dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, União Soviética e China se reuniram em Washington, D.C para esboçar uma carta para essa Organização Internacional (OI) baseada no princípio da segurança coletiva. Com o fim da guerra, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, culminando na criação da Carta das Nações Unidas que formou a Organização das Nações Unidas (ONU).²

A ONU foi criada como um organismo internacional de manutenção da paz e da segurança e, por mais que as missões de paz não estivessem explicitamente previstas em sua carta de constituição (GILES, 2017), elas tornaram-se uma das ferramentas mais importantes para o Conselho de Segurança da ONU, tanto que foi estabelecido um Departamento de Operações de Paz “dedicado a ajudar os Estados Membros e o Secretário Geral em seus esforços [...], fornecendo orientação política e executiva para as missões de paz em todo o mundo e mantendo contato com o Conselho de Segurança, tropas, contribuintes financeiros e as partes envolvidas no conflito na implementação dos mandatos do Conselho de Segurança.”³.

Apesar das missões de paz não serem explicitamente previstas na Carta das Nações Unidas, sua base legal deriva, principalmente, do capítulo VII da carta (GILES, 2017), no qual o Conselho tem autoridade para decidir quais as medidas que devem ser tomadas para manter ou reparar a paz e a segurança internacional quando ameaçada. Segundo o artigo 42, “no caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar e efeito,

¹ Original: use their full resources against the Axis powers and to not make a separate peace.

² UNITED NATIONS. History of the United Nations. Disponível em:

<<http://www.un.org/en/sections/history/history-united-nations/>>. Acesso em: 10 nov 2018.

³ UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Department of Peacekeeping Operations. Disponível em:

<https://peacekeeping.un.org/en/department-of-peacekeeping-operations>. Acesso em 10 nov 2018.

Tradução nossa. Original: dedicated to assisting the Member States and the Secretary-General in their efforts [...]. DPKO provides political and executive direction to UN Peacekeeping operations around the world and maintains contact with the Security Council, troop and financial contributors, and parties to the conflict in the implementation of Security Council mandates.

por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais” (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 30).

A primeira missão de paz autorizada pelo Conselho de Segurança foi a Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas, em 1948, com o objetivo de monitorar o acordo de armistício entre Israel e seus vizinhos árabes. Desde então, mais de 70 operações de paz foram implementadas pela ONU, contando, atualmente, com mais de 100.000 funcionários de 124 países trabalhando em missões de paz ao redor do mundo e com um orçamento aprovado de quase 7 bilhões de dólares⁴.

Segundo Jacobson (2012, p. 01, tradução nossa), “os sucessos primários das missões de paz Nações Unidas aconteceram em áreas como de eleições e comunicações (depois dos acordos de paz), diplomacia e retrospectiva de análise de falhas”⁵. Contudo, as Nações Unidas tem sido duramente criticada por suas falhas em punir os pacificadores que praticam atos de má conduta⁶.

Os problemas, fracassos e abusos de estrangeiros que servem como pacificadores e funcionários da ONU são numerosos. [...] Eles exploram sexualmente de mulheres e meninas locais, e frequentemente transformam-se em transmissores primários de HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmitíveis para a população. Mesmo assim, eles raramente são punidos por algum crime, estupro e outras ofensas. Geralmente, eles tem uma reputação de se importar pouco com as pessoas pelas quais eles foram enviados para proteger (JACOBSON, 2012, p. 01, tradução nossa)⁷.

Inicialmente, as preocupações diante os atos de má conduta dos pacificadores focavam-se no uso excessivo da força⁸, especialmente em relação a população civil dos países nos quais as missões aconteciam. Contudo, recentemente, essas preocupações

⁴ UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Data. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/data>>. Acesso em: 10 nov 2018.

⁵ Original: The primary successes of the United Nations in peacekeeping have been in the areas of elections and communications (after peace agreements), diplomacy, and hindsight analyses of failures.

⁶ Para mais informações, ler U.N Peacekeeping: Few Successes, Many Failures, Inherent Flaws de Thomas W. Jacobson, 2012.

⁷ Original: The problems, failures and abuses of foreigners serving as U.N peacekeepers and personnel are numerous. [...] They sexually exploit local women and girls, and often become the primary transmitters of HIV/AIDS and sexually transmitted diseases to the population. Yet they are rarely punished for any crimes, rapes, or other offenses. Generally, they have a reputation of caring little about the people they are sent to protect.

⁸ Para mais informações, ler Continuing Impunity of Peacekeepers: The Need For a Convention de Siobhán Wills, 2013.

deslocaram-se para os casos de abuso e exploração sexual cometido por pacificadores (GILES, 2017).

O problema com essas acusações reside no fato de que, em sua grande maioria, os perpetradores saem ilesos⁹. Segundo a Code Blue, “a ONU tem uma crise de longa data causada, primeiro por funcionários da ONU que cometem crimes sexuais contra membros das populações que pretendem servir [...] e, segundo, pela resposta da instituição – as políticas, procedimentos e práticas que criam e sustentam uma cultura institucional de impunidade.”¹⁰

A ONU tomou alguns medidas quanto a isso, como por exemplo, a Resolução 63/199¹¹, que encorajava a responsabilização criminal dos funcionários da organização. Contudo, como as demais medidas tomadas pela ONU sobre o assunto, o impacto na vida das vítimas foi muito pequeno visto que as alegações de crimes sexuais continuaram a ocorrer sem que houvesse justiça¹². Ainda sim, a ONU clama ter incorporado a transversalização de gênero com sucesso, apesar de admitir que ainda há muito a ser feito¹³.

Por conta disso, o objetivo desse trabalho é analisar até que ponto a ONU incorporou, de fato, a transversalização de gênero de modo a responder de forma efetiva a demanda da sociedade civil quanto a impunidade que os pacificadores gozam em relação aos crimes de abuso e exploração sexual ou se essa incorporação foi implementada de forma rasa com a intenção de legitimar a Organização visto que “o termo ‘transversalização de gênero’ tornou-se um mantra nas Organizações Internacionais como forma de responder as desigualdades entre mulheres e homens” (CHARLESWORTH, 2005, p. 01, tradução nossa)¹⁴.

⁹ CODE BLUE. The problem. Disponível em <http://www.codebluecampaign.com/the-problem/>. Acesso: 09 nov 2018.

¹⁰ CODE BLUE, op. cit.

¹¹ Para mais informações, acessar: <http://www.un.org/en/ga/sixth/64/CrimAcc.shtml>.

¹² UNITED NATIONS WATCH. Why the UN Needs Accountability: Recent Sexual Abuse Cases. Disponível em: <<https://www.unwatch.org/un-needs-accountability-recent-sexual-abuse-cases/>>. Acesso em: 10 nov 2018.

¹³ UNITED NATIONS. Gender mainstreaming, an overview. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/e65237.pdf>>. Acesso em 07 nov 2018.

¹⁴ Original: The term “gender mainstreaming” has become a mantra in international institutions as a technique for responding to inequalities between women and men.

Para tal, o primeiro capítulo do trabalho busca realizar uma breve contextualização sobre como a transversalização de gênero conquistou importância no cenário internacional, mostrando também algumas das medidas tomadas pela ONU para incorporar a transversalização de gênero. Logo após, é apresentada a abordagem teórica escolhida para realizar a análise proposta, ou seja, o feminismo institucional, que análise o nível de incorporação de uma Organização Internacional baseado em três aspectos: relevância dada ao tempo, governança interna e contato dos formuladores de política com os movimentos sociais.

No segundo capítulo, busca-se trazer a literatura feminista quanto as possíveis razões dos crimes sexuais acontecerem, com foco na cultura masculinizada presente nas missões de paz - considerando que “alguns líderes da ONU e a maioria dos comandantes e oficiais das missões de paz parecem ter uma atitude que ‘rapazes serão rapazes’ em relação a eles satisfazerem seus desejos sexuais com qualquer mulher ou menina disponível” (JACOBSON, 2012, p. 04, tradução nossa)¹⁵ - e também as diversas formas de perpetuação desses crimes. A última seção do capítulo traz, também, uma série de exemplos reais dos casos de abuso e exploração sexual cometidos por pacificadores da ONU.

Por fim, o terceiro capítulo explica as especificações da imunidade conferida aos pacificadores pela ONU – visto que diferentes funções gozam de diferentes imunidades - e de que forma ela afeta a responsabilização dos perpetradores de crimes sexuais em missões de paz, buscando argumentar que o maior obstáculo para a incorporação de gênero da ONU é, justamente, sua governança interna e, portanto, tal incorporação ocorreu de forma superficial.

¹⁵ Original: Some U.N leaders, and most peacekeeping commanders and officers, seem to have an attitude that “boys will be boys” when it comes to satisfying their sexual desires with any woman or girl available.

2 TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO E FEMINISMO

O presente trabalho procura analisar a incorporação das problemáticas de gênero pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, focando, especialmente, na impunidade em relação a casos de violência sexual cometidos por funcionários da ONU durante suas missões de paz. Para tal, é necessário entender como a categoria gênero tornou-se relevante nas relações internacionais, deslocando as análises centradas no Estado e no Sistema Internacional para as relações de poder construídas entre homens e mulheres.

Desde o seu começo, o estudo das Relações Internacionais foi focado nas relações entre Estado-soberanos¹⁶, lidando assim, apenas com o que era considerado “alta política”, ou seja, estudos de segurança voltados para a sobrevivência dos Estados. Esse mesmo estudo, em sua totalidade, era realizado apenas por homens¹⁷, desconsiderando a participação feminina, tanto como agente político quanto como vítima das políticas implementadas.

Essa realidade começou a ser mudada quando, após a ocorrência de uma série de anomalias teóricas¹⁸ durante o fim da Guerra Fria, várias teorias derivadas das demais ciências sociais passaram a receber adaptações e espaço para adentrar ao estudo das relações internacionais. Entre elas, o Feminismo, que apesar de suas muitas ramificações, lida de modo geral com as relações entre poder e gênero no âmbito internacional.

Para entender como o Feminismo conquistou seu espaço nas relações internacionais, é necessário entender o que é gênero e como o gênero passou a ser considerado um fator importante nas políticas globais, mesmo para aqueles atores com pouca experiência ou interesse nas problemáticas de gênero (E HAFNER-BURTON, 2002).

¹⁶ Para entender melhor a razão pela qual as Relações Internacionais lidavam apenas com Estados-soberanos, ler *Relações Internacionais Como Disciplina*, de Paulo Rigueira, 2012.

¹⁷ Um exemplo bastante conhecido de como a política era feita por homens e para homens é que Henry Kissinger (1994), um famoso teórico da teoria Realista das Relações Internacionais, ao fazer um manual de orientação para a política externa, tratou os realizadores de política (policy-makers) como “homens de Estado”.

¹⁸ Anomalia teórica é um conceito usado para explicar a ocorrência de acontecimentos que as teorias utilizadas no momento não conseguem explicar. O fim da Guerra Fria trouxe consigo anomalias teóricas tanto para o Neorealismo quanto para o Neoliberalismo, permitindo que uma série de teorias ganhassem espaço ao tentar explicar tal anomalia.

A violência sexual cometida por homens civis e militares contra mulheres e crianças é uma característica comum da guerra e do pós-guerra em todo mundo. Em muitos lugares, essa violência é abertamente vista como uma estratégia militar e política e, portanto, deve ser levada muito a sério pelos estudantes de Relações Internacionais (PANKHURST, 2009, p. 158, tradução nossa).¹⁹

Historicamente, o estudo das relações internacionais se baseia numa abordagem não só neutra, como assexuada, no sentido em que os homens e a mulheres estavam sempre subordinados ao atores estatais e não estatais, as instituições internacionais, aos regimes e as estruturas multinacionais (LOCHER, 2007). Contudo, graças a militância dos movimento feminista²⁰, incorporou-se a questão da mulher.

É importante entender que a inserção do feminismo veio de fora para dentro – ou seja, não surgiu no contexto acadêmico e sim, na movimentação de um movimento político -, fazendo com que fosse necessária a adaptação para a academia. Essa adaptação acarretou diferentes tipos de feminismo, porém, todos eles têm o mesmo interesse normativo-emancipador de superar a hierarquia entre os sexos.

A abordagem escolhida nesse trabalho para tratar a questão da desigualdade entre os sexos é a do feminismo crítico que, diferente do feminismo liberal e radical, lida com o conceito de gênero ao invés da categoria mulher. Ao trabalhar com o conceito de gênero, entende-se que esse é um conceito que engloba ambos os sexos (caráter biológico), e para além, é compreendido como algo que influencia e é influenciado pela estrutura social e política.

Mais recentemente – recentemente demais para que possa encontrar seu caminho nos dicionários ou na enciclopédia das ciências sociais – as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. (SCOTT, 1989, p. 02)

¹⁹ Original: Sexual violence committed by military and civilian men against women and girls is a common feature of war and its aftermath across the world. In many places it is openly seen as part of a military and political strategy, and should therefore be taken very seriously by students of international relations.

²⁰ Por movimento feminista, entende-se todo e qualquer grupo que lute em prol da causa das mulheres, como Organizações Não-Governamentais, grupos de ativismo, aliados, etc.

Assim sendo, o conceito de gênero trazido por este trabalho implica que o gênero é uma representação da masculinidade e da feminilidade construídos socialmente (MACKINNON apud LOCHER, 2007) e que suas respectivas representações influenciam os contextos sociais, culturais e históricos nos quais estão inseridos (LOCHER, 2007), constituindo assim, de forma estrutural, uma hierarquia baseada no gênero.

Como dito por Joan Scott (1989), o uso da palavra “gênero” ao invés de “mulher” tem uma conotação mais objetiva e neutra, integrando-se de maneira mais sutil nas ciências sociais de forma a gerar uma certa legitimidade acadêmica aos estudos feministas. Para além disso, essa substituição deixa clara que o estudo a respeito das mulheres implica, necessariamente, o estudo dos homens. “Este uso insiste na idéia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo” (SCOTT, 1989, p. 07).

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1989, p. 07).

A compreensão do termo “gênero” faz-se necessária pois, antigamente, os tratados/convenções sobre direitos humanos não diferenciavam o homem e a mulher, fazendo com que a possibilidade de leis serem criadas com diferenciações e especificidades para homens e mulheres fosse nula, tornando difícil para as feministas tratar, entre outros assuntos, da violência sexual vivenciada por mulheres e crianças nas missões de paz.

Para E Hafner-Burton (2002, p. 343, tradução nossa), as oportunidades políticas aparecem quando “governos mudam, novas organizações são formadas e novos pontos de acesso e elites aliadas criam ‘janelas de oportunidades’ para movimentos sociais”²¹.

²¹ Original: governments change, new organizations are formed, and new access points and elites allies create ‘windows of opportunity’ for social movements.

Até a década de 1970, a problemática de gênero era um conceito marginal na governança internacional, limitada a uma menção na Declaração de Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948, que reafirmava a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Nações Unidas, 1948, p. 02).

Para o movimento feminista essa “janela de oportunidade” surgiu com a decisão de declarar o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulheres e a próxima década (1976-1985) como a Década das Mulheres das Nações Unidas²², levando a um aumento significativo do movimento feminista internacional. A partir de então, uma série de convenções dedicadas as mulheres se seguiram, como a Conferência Mundial sobre Mulheres na Cidade do México (1975) e em Copenhagen (1980), ambas mais voltadas para as questões econômicas, Nairóbi (1985), na qual surgiu as primeiras idéias de uma plataforma comum²³ para pressionar os Estados, culminando nas Conferência Mundial sobre Mulheres de Pequim (1995), vista como a mais importante pela formalização da transversalização de gênero, que será explicada adiante.

Como resultado, Keck e Sikkink (1999) apontam que as conferências permitiram que as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que tratavam sobre gênero conseguissem se encontrar com frequência, além de trocar informações (graças, também, ao avanço da globalização e suas tecnologias) e assim, formular uma agenda mínima comum de interesse que resultou na Conferência de Pequim de 1995. Em setembro de

²² Para entender melhor o contexto em que a Década das Mulheres das Nações Unidas foi criada e que atores permitiram essa criação, ler *UN Decade for Women: It's Impact and Legacy*, de Irene Tinker e Jane Jaquette, 1987. Para entender alguns dos movimentos que permitiram a ocorrência dessas declarações/convenções, ler *Mainstreaming Gender In Global Governance*, de Emily Hafner-Burton, 2002.

²³ É necessário compreender que o movimento feminista não é um movimento homogêneo, por isso a dificuldade de articulação de uma agenda comum. Como exemplo, feministas liberais focam na igualdade legal entre homem e mulher, enquanto feministas interseccionais focam na conexão entre gênero e outros marcadores sociais, como raça e nacionalidade. Nas primeiras duas conferências, houve muito desacordo entre as feministas do norte e do sul global, visto que as primeiras queriam focar na demanda de igualdade de direito enquanto as últimas gostariam de focar no subdesenvolvimento causado pelo colonialismo/imperialismo.

1995, 5000 representantes de 192 países em conjunto 30.000 representantes de ONGs, tanto do centro como da periferia, se juntaram e criaram uma plataforma de ação, da qual o elemento mais importante foi a pressão para que a ONU e o seus Estados signatários aplicassem a temática de gênero nos seus processos políticos para que assim, antes de qualquer tomada de decisão, fosse analisado o impacto daquela decisão na vida das mulheres e dos homens.

A difusão das políticas de transversalização de gênero refletiu o consenso global sobre as limitações das agências sobre mulheres e sobre os objetivos de igualdade de gênero quando vistos isoladamente da relação das mulheres com os homens, dos papéis masculinos e da estrutura macro-econômico influenciada pelo gênero. A Plataforma de Ação de Pequim consolidou a mudança para a transversalização como uma estratégia global de igualdade de gênero. (TRUE, 2009, p. 191, tradução nossa).²⁴

2.1 TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO

O conceito de Transversalização de Gênero é fundamental para entender como as políticas para as mulheres foram incorporadas na política internacional, visto que foi um conceito que “prometia uma mudança revolucionária no processo político, no qual o gênero passava a ser de suma importância não apenas para departamentos específicos que lidavam com mulheres, mas para todos os atores, em todas as áreas e em todos os níveis do processo político, desde concepção e legislação até a implementação e o avaliação.” (E HAFNER-BURTON, 2002, p. 340, tradução nossa).²⁵

Primeiramente, é necessário fazer a distinção entre as várias formas de incorporar o gênero para entender o caráter revolucionário da Transversalização de Gênero. Para tal, usarei os modelos ideais de Teresa Rees²⁶ - tratamento igualitário, ação positiva e

²⁴ Original: The diffusion of mainstreaming policies reflected the global consensus about the limitations of women’s agencies and gender equality objectives viewed an isolation from women’s relationship to men, men’s roles and the gendered structures of the macro economy. The Beijing Platform for Action consolidated the shift to gender mainstreaming as a global gender equality strategy.

²⁵ Original: [The concept of gender mainstreaming] promises a revolutionary change in the international and domestic policy process, in which gender issues become a core consideration not simply for specific departments or ministries dealing with women, but rather for all actors across a range of issues-areas and at all stages in the policy process from conception and legislation to implementation and evaluation.

²⁶ Para melhor entendimento sobre os tipos ideais de incorporação de gênero, ler Mainstreaming Equality in Europe Union, de Teresa Rees, 1998.

transversalização. A mais antiga e comum abordagem é a do tratamento igualitário, que consiste em uma abordagem mais legalista, na qual homens e mulheres deveriam ter direitos iguais. Rees (1998) argumenta que essa abordagem é essencial, mas falha em visar apenas nos direitos formais, ignorando as demais causas da desigualdade de gênero.

Em resposta a essa abordagem, surge a ação positiva, que se caracteriza como um esforço para criar ações específicas para as mulheres de forma a superar a posição inferior que as estas estão sujeitas numa sociedade patriarcal. A ação positiva é elogiada nos meios de ação feminista, contudo, é fortemente criticada por representar uma “discriminação positiva”, ou seja, por discriminar o homem em favor da mulher.²⁷

A última e mais promissora abordagem é a de transversalização de gênero, que busca a incorporação sistemática das problemáticas de gênero em todas as instituições/políticas governamentais. Ou seja, a transversalização de gênero é a reorganização, melhoria e criação de processos políticos, de forma a incorporar uma perspectiva de igualdade de gênero em todos os estágios da política por todos os formuladores de política.

Logo, diferentemente das demais abordagens, a transversalização não busca apenas acrescentar exceções que beneficiem as mulheres, mas sim, reconstruir o processo de tomada de decisão em todos os seus níveis. Como dito por True (2009, p. 369, tradução nossa), “em contraste com leis de discriminação positiva e políticas que buscam remover as barreiras institucionais entre homens e mulheres, a transversalização se inicia com o reconhecimento que as diferenças de gênero formulam os processos e resultados políticos”²⁸. Ou seja, toda e qualquer ação política deveria ser analisada diante uma perspectiva de redução ou aumento de desigualdade de gênero.

A transversalização de gênero é o processo de avaliar as implicações para as mulheres e homens em qualquer ação planejada, incluindo legislações, políticas ou programas, em qualquer área e em todos os níveis. É uma estratégia para tornar as preocupações e experiências das mulheres, bem como dos homens, parte integrante da concepção, implementação,

²⁷ Para um melhor entendimento sobre o conceito e suas críticas, ler A (in)justiça relativa da ação positiva: A influência do gênero na controvérsia sobre as quotas baseadas no sexo de Maria Helena Santos e Lígia Amâncio, 2010.

²⁸ Original: In contrast to anti-discrimination law and policy that seek to remove institutional barriers to women’s equality with men, gender mainstreaming starts from the recognition that gender differences shape policy processes and outcomes.

monitoração e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais para que mulheres e homens sejam beneficiados de forma igualitária e a desigualdade não seja perpetuada. O objetivo final da transversalização é alcançar a igualdade de gênero (Conclusões Acordadas do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, 1997, p. 03, tradução nossa).²⁹

2.1.1 INCORPORAÇÃO DOS DEBATES DE GÊNERO PELA ONU

Apesar de ser uma iniciativa de difícil incorporação devido ao fato de que tenta afetar o processo político como um todo ao invés de apenas afetar departamentos específicos para mulheres, a transversalização vem, desde sua formalização em 1995 gerando resultados vastamente comemorados e reconhecidos pelos movimentos feministas internacionais.

Algumas das realizações atribuídas à transversalização é a criação de um Relator Especial das Nações Unidas sobre violência contra a mulher, a criação de uma lei pela Organização Internacional do Trabalho que obriga a pagamento igual para homens e mulheres, tanto quanto tratamento e oportunidades iguais nos ambientes de trabalho, a criação do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), criada após a Conferência no México (1975), sendo a primeira agência da ONU a confrontar o problema de violência doméstica contra a mulher, e a ratificação da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (TRUE, 2009; JANSSON, 2016).

Em outubro de 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) convocou, pela primeira vez, uma sessão especial para discutir problemáticas de gênero na segurança/paz internacional. A sessão durou dois dias, nos quais foram discutidos o impacto dos conflitos armados nas mulheres, violência contra mulheres e crianças, problemáticas de gênero nas missões de paz, a importância das mulheres na reconstrução

²⁹ Original: Mainstreaming a gender perspective is the process of assessing the implications for women and men of any planned action, including legislation, policies or programmes, in all areas and at all levels. It is a strategy for making women's as well as men's concerns and experiences an integral dimension of the design, implementation, monitoring and evaluation of policies and programmes in all political, economic and societal spheres so that women and men benefit equally and inequality is not perpetuated. The ultimate goal is to achieve gender equality.

das sociedades pós-conflito e a participação da mulher nas negociações de paz e nos processos de decisão.

Essa sessão fez com que o CSNU adotasse, com unanimidade, a Resolução 1325 sobre mulheres, paz e segurança. Essa resolução é vista como um ponto de referência para o movimento feminista por ser “a primeira vez que o Conselho de Segurança discutiu diretamente o assunto de mulheres em conflitos armados, além de algumas referências às mulheres como vítimas ou ‘grupo vulnerável’”. (COHN, 2008, p. 02, tradução nossa)³⁰. Ou seja, por mais que a idéia de transversalização de gênero venha desde a década de 1970, conseguindo sua formalização na década de 1990, foi com a Resolução 1325 que as mulheres conseguiram adentrar formalmente no debate sobre segurança internacional na ONU.

Reafirmando o importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na consolidação da paz, e sublinhando a importância de que participem em pé de igualdade e se envolvam plenamente em todos os esforços para a manutenção e a promoção da paz e da segurança, e a necessidade de aumentar sua participação no processo decisório em relação à prevenção e à resolução de conflitos. Reafirmando ainda a necessidade de aplicar plenamente as disposições do direito internacional humanitário e dos direitos humanos que protejam os direitos das mulheres e meninas durante e após os conflitos. (Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2000).

Outro caráter inovador da Resolução 1325 é o seu reconhecimento que “mulheres são desproporcionalmente vitimizadas em guerras e que, portanto, todas as partes envolvidas no conflito deveriam tomar medidas especiais para respeitar o direito da mulher, para proteger a mulher de violências baseadas no gênero e para acabar com a impunidade pelos crimes de violência contra mulheres e crianças.” (COHN, 2008, p. 185, tradução nossa). Além disso, a resolução também sugere que os pacificadores³¹ recebam treinamento de gênero e que a própria Organização das Nações Unidas tenha uma melhor representatividade feminina.

³⁰ Original: [Resolution 1325 is often called a landmark resolution because it represents] the first time the Security Council directly addressed the subject of women and armed conflict, beyond a few passings references to women as victims, or women as a “vulnerable group”.

³¹ Pacificadores é a tradução livre do termo *peacekeepers* que, em tradução literal, significa “mantenedores de paz”. Esse é o termo utilizado para descrever os funcionários da ONU presentes em missões de paz.

Desde a implementação das Resolução 1325, outras sete resoluções foram adotadas até o presente momento com a intenção de reafirmar a primeira. Entre as Resoluções 1820 (2008), 1888 (2009), 1889 (2010), 1960 (2011), 2122 (2013) e 2242 (2015)³², a que mais interessa a esse trabalho é a Resolução 1820, que procurou reforçar a condenação em todas as formas de violência sexual em conflitos armados, reconhecendo que esse tipo de violência é uma estratégia de guerra.

Sublinha que o estupro e outras formas de violência sexual podem constituir crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou atos constitutivos de genocídio, destaca a necessidade de que os crimes de violência sexual sejam excluídos das disposições de anistia no contexto de processos de solução de conflitos, apela aos Estados Membros para que cumpram com sua obrigação de processar os indivíduos responsáveis por esses atos, e que garantam que todas as vítimas da violência sexual, particularmente as mulheres e meninas, desfrutem em pé de igualdade da proteção da lei e do acesso à justiça, e sublinha a importância de acabar com a impunidade desses atos como parte de um enfoque abrangente para alcançar a paz sustentável, a justiça, a verdade e a reconciliação nacional. (Resolução 1820 do Conselho de Segurança da ONU, 2008, p. 03).

Apesar do reconhecimento citado acima ser importante, ele peca ao não reconhecer que a vulnerabilidade da mulher não surge apenas da guerra, mas das relações de poder entre homens e mulheres, sendo um problema consistente e contínuo. “Sobre a continuidade da violência, é como se existe uma ‘forma de guerra’ paralela contra mulheres acontecendo o tempo todo, independente de um contexto definido por guerra ou paz.” (JANSSON, 2016, p. 06, tradução livre).³³

Outra conquista foi a criação de unidades nacionais especializadas em investigar e dar assistência a vítimas de violência sexual e/ou qualquer outra forma de abuso baseada no gênero em 10 missões da paz da ONU. Contudo, tendo em vista que os cursos de capacitação para lidar com gênero duram em torno de dois dias, que existem as barreiras linguísticas e que o número de mulheres servindo nas missões de paz continua extremamente baixo, por mais que venha aumentando, é difícil saber o real impacto dessa iniciativa nas atitudes dos pacificadores (REEVES, 2012).

³² Para saber mais sobre as resoluções (com traduções além das línguas oficiais da ONU), acessar: <http://www.peacewomen.org/why-WPS/solutions/resolutions>.

³³ Original: The problem of the continuity of violence in terms of existence of a parallel “form of war” against women occurring at all times, regardless of whether a context is defined as war or peace.

Em contrapartida, é possível ver o impacto que esse novo discurso trouxe para os movimentos feministas. Exemplos de como essa nova abordagem de desigualdade de gênero permitiu que mudanças sociais ocorressem podem ser vistas em diversos casos pelo mundo. Um caso que conseguiu fama internacional ocorreu na Índia em 1992, no qual ONGs do movimento feminista conseguiram levar a justiça um grupo de homens que praticaram um estupro em grupo contra Bhanwari Devi³⁴, uma consultora do Women's Development Programme, por ela atuar na prevenção do casamento de uma menina de apenas 9 meses de vida. Por não haver uma lei local sobre abuso sexual, os movimentos usaram da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher³⁵, ratificada pela Índia, para trazer justiça ao caso.

A mobilização de movimentos feministas, conectados internacionalmente e com o apoio institucional citado acima, fez com que as mulheres conseguissem pressionar os governos e OIs de uma forma, até então, nunca vista. “Essa rede transnacional serve não apenas como troca de informação sobre modelos políticos e iniciativas de incorporação de gênero mas também – e crucialmente – como troca de conhecimento de estratégias políticas alternativas e como elas podem ser aplicadas para promover uma mudança na política de gênero.” (TRUE, 2003, p. 377, tradução nossa).³⁶

2.2 A TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO NA ONU DESDE A PERSPECTIVA DO FEMINISMO INSTITUCIONAL

³⁴ O caso da Bhanwari Devi vai além do que aqui exposto, tendo resultado em uma lei contra o abuso sexual na Índia. Ainda sim, o caso é muito crítica pela demora de resposta e, principalmente, pelo esforço em encontrar brechas pelas quais os acusados pudessem responder por acusações menores. Para entender melhor o caso, acessar <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-39265653>. Para ler a lei contra o abuso sexual da Índia, acessar http://www.iitg.ac.in/iitgicc/docs/Vishaka_Guidelines.pdf.

³⁵ A Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contras as mulheres é um tratado internacional aprovado em 1979 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, tendo sido colocado em vigor em 1981 após a ratificação de 188 Estados. Para ler o texto da Convenção em sua totalidade, ou seja, sem as reservas (objeções), acessar: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139389por.pdf>.

³⁶ Original: These transnational networks serve as conduits not only of information about differing policy models and gender mainstreaming initiatives at the local and national levels but also – and crucially – of knowledge concerning alternative political strategies and how they may be applied to further promote gender policy changes.

Apesar de ter trazido muitos avanços, o conceito de transversalização também é problemático pois “falta clareza e uma variedade de modelos foram desenvolvidos baseados em diferentes interpretações do que é suposto realizar (...) e as estratégias mais comumente implementadas muitas vezes não servem aos objetivos de igualdade de gênero como são definidos pelas feministas” (CAGLAR et al, 2013, p. 04, tradução nossa).³⁷

Melhorar as políticas de igualdade de gênero requer a participação de vários atores que trabalham em vários níveis e, especialmente, de movimentos sociais. ONGs, ativistas e sociedade civil têm sido atores-chave na promoção de questões de gênero mas ainda são frequentemente excluídos dos processos políticos. Isso tem sido particularmente problemático na implementação da incorporação da transversalização de gênero, que se deu basicamente sem a participação da sociedade civil e tornou-se inexplicável para os movimentos feministas. Dar voz aos atores da sociedade civil nos debates sobre as políticas serviria a objetivos de legitimidade e eficácia (CAGLAR et al, 2013, p. 05, tradução nossa).³⁸

Para as teóricas feministas, o mundo em que vivemos é socialmente constituído, ou seja, a forma que pensamos e agimos afeta a forma como o mundo é, o que, ao mesmo tempo, afeta a forma como nos comportamos. Para as feministas, “idéias sobre comportamentos apropriados e inadequados de gênero são amplas, influentes e às vezes inconscientes, mas porque afetam a forma como nos comportamos no mundo, elas são de interesse para o estudioso da política global” (SHEPARD, 2009, p. 04, tradução nossa).³⁹

As teorias convencionais de Relações Internacionais não falam do individual, focando apenas no coletivo e o homogeneizando ao entendê-lo como Estado-nação. É importante perceber que, para o feminismo, o corpo não é apenas um ente natural (biológico), mas sim um ente natural e político, seguindo a noção de Michel Foucault

³⁷ Original: it lacks clarity and a variety of models have been developed based on different interpretations of what it is supposed to accomplish [...] and the strategies most commonly implemented often do not serve the goals of gender equality as they are defined by feminists.

³⁸ Original: Improving gender equality policies requires the participation of various actors working at multiple levels and especially of social movements. NGOs, activists and civil society have been key actors in the promotion of gender issues but they are still too often excluded from policy processes. This has been particularly problematic in the implementation of gender mainstreaming, which has proceeded largely without civil society input and has become unaccountable to feminist movements. Giving civil society actors a voice in policy debates would serve purposes of both legitimacy and efficacy.

³⁹ Original: Ideas about appropriate and inappropriate gendered behaviors are wide-ranging, influential and sometimes unconscious, but because they affect how we behave in the world, they are of interest to the scholar of global politics.

(1975, p. 25) que “o corpo está [...] diretamente envolvido em um campo político; relações de poder têm uma influência imediata sobre ele; eles investem, marcam, treinam, torturam, obrigam a realizar tarefas, a realizar cerimônias, a emitir sinais”.

O feminismo também lida com a diferenciação entre gênero e sexo. Existem diversas abordagens sobre o assunto como, por exemplo, a do feminismo essencialista, que acredita que existe uma essência ao feminino/masculino que determina seu comportamento independente da sua socialização. A abordagem feminista que será trabalhada aqui é a idéia de que sexo é biológico e gênero são algo construído socialmente, ou seja, as problemáticas de gênero variam de acordo com as interações com a sociedade e com o contexto histórico. Essa forma de análise possui o nome de feminismo construtivista.

Como explicado acima, a forma pela qual a masculinidade é performada em contextos de conflito, por muitas vezes, geram abusos sexuais. Explicamos também como o gênero passou a ser incorporado nas discussões internacionais, principalmente com relação a segurança. Contudo, é preciso entender como as feministas avaliam esses conceitos e avanços.

Embora a existência da Resolução 1325 do Conselho de Segurança e das diretrizes de transversalização de gênero para contextos pós-conflito forneçam estruturas úteis, não está claro que algo além de realizar pequenas concessões está sendo feito, e o problema central de unir segurança e desenvolvimento com uma compreensão de segurança sensível ao gênero continua não sendo abordado (Barnes 2006 apud Shepard 2009, tradução nossa).⁴⁰

Existem duas perspectivas feministas ao tratar-se a análise da incorporação da transversalização de gênero por uma Organização Internacional. A primeira delas é chamada de discursiva, e busca entender como as relações de poder são amplificadas pela linguagem, ou seja, como a produção de novos discursos, idéias, linguagens e interpretações mudam de fato a maneira de pensar o masculino e feminino. Desta forma,

⁴⁰ Original: Although the existence of SCR 1325 and gender mainstreaming guidelines for post-conflict contexts provide useful frameworks, it is not clear that anything other tokenism results, and the central problem of bridging security and development with a gender-sensitive understanding of security is not addressed.

analisam a incorporação como base no que está sendo propagado por determinada OI, com que frequência e em que meios.

A outra forma de analisar essa incorporação é denominada feminismo institucional, e parte de uma análise de como determinada legislação/política foi implementada e do impacto causada por esta. Essa corrente analisa a incorporação com base em três fatores: relevância dada ao tema pela OI, governança interna da OI (até que ponto, burocraticamente falando, a incorporação é viável) e as redes de comunicação e monitoramento entre especialistas e os movimentos feministas.

Do ponto de vista institucional, estamos interessados em como a transversalização de gênero é adotada e implementada em instituições internacionais e se ela é cooptada por normas e políticas burocráticas existentes ou traz transformação política. Pesquisas feministas feitas até hoje sugerem que o impacto da transversalização de gênero depende em grande parte das características da questão política ou da área de regime, da natureza da governança na instituição internacional e das redes entre especialistas ou funcionários de gênero e os movimentos ou militantes a favor das mulheres. (TRUE, 2009, p. 194, tradução nossa)⁴¹

Segundo Jacqui True (2009), a incorporação de gênero por uma Organização Internacional pode seguir dois tipos de abordagens segundo a teoria do feminismo institucional: tecnocrática e participativa. A teoria participativa é a com maior apoio dos movimentos feministas devido seu maior potencial de transformação. Segundo essa abordagem, os movimentos feministas devem participar ativamente da políticas a serem implementadas, fazendo inclusive, com que os burocratas precisem prestar contas aos movimentos.

A abordagem participativa procura salientar as diferenças de gênero e a preocupação do feminismo pós-estruturalista com o deslocamento do conceito de gênero - especialmente porque é tratado como sinônimo de mulheres - e com os significados fixos de igualdade de gênero. As feministas enfatizam a representação substantiva dos interesses das mulheres na

⁴¹ Original: From an institutional perspective, we are interested in how gender mainstreaming is adopted and implemented in international institutions and whether it becomes co-opted by existing norms and bureaucratic politics or brings about political transformation. Feminist research to date suggests that the impact of gender mainstreaming depends greatly on 1) the characteristics of the policy issue or regime area, 2) the nature of governance in the international institution, and 3) the networks among gender specialist or officials (insiders) and women's movements or advocates (outsiders).

discussão de políticas ou exigem que os especialistas consultem e sejam monitorados pelos movimentos das mulheres. O envolvimento dos movimentos de mulheres no processo de formulação de políticas deverá diminuir as chances de que as mulheres sejam instrumentalizadas por políticas - como objetos ou meios para fins organizacionais - ou tratadas como um grupo homogêneo. (TRUE, 2009, p. 193, tradução nossa).⁴²

Por outro lado, a teoria tecnocrática tem um menor caráter de transformação por tratar-se de uma abordagem que procura contratar especialistas ou capacitar os burocratas para que, assim, eles possam inserir as questões de gênero nas políticas. Essa é a abordagem mais comum entre as OIs e “a evidência certamente (...) sugere que essa abordagem tecnocrática não conseguiu cumprir as promessas da transversalização” (TRUE, 2009, p. 193, tradução nossa).⁴³

A abordagem tecnocrática é vista pelas feministas como a menos afetiva pois não incorpora de fato as demandas dos movimentos por conta da falta da comunicação, e conseqüentemente, acaba homogeneizando e instrumentalizando a causa. Ao mesmo tempo, por “incorporar” o assunto, a OI consegue legitimidade no cenário internacional, o que também dificulta as críticas dos movimentos feministas visto que, no final das contas, por mais que de forma rasa, houve a incorporação de gênero.

As instituições internacionais, inclusive as Nações Unidas, freqüentemente promovem a inclusão das perspectivas de gênero, mas vêem as estratégias de igualdade de gênero principalmente como um dispositivo de solução de problemas; como forma de aumentar a legitimidade de normas internacionais como a democracia liberal, as intervenções humanitárias, o livre comércio, a integração regional e assim por diante. A implementação da transversalização de gênero raramente levou a um sério questionamento das normas institucionais liberais e como elas podem privilegiar a agência masculina e reforçar as desigualdades de gênero no poder e nos recursos do mercado, do estado e da sociedade civil. (TRUE, 2009, p. 234, tradução nossa).⁴⁴

⁴² Original: The participatory approach to gender mainstreaming takes seriously difference feminism’s attention to salient gender – especially as it is treated as a synonym for women – and fixed meanings of gender equality. Feminists stress the substantive representation of women’s interests in policy discussion or require experts to consult with, and be accountable to, women’s movements. Involving women’s movements in the policymaking process is expected to decrease the chances that women will be instrumentalized by policies – as objects or means to organizational ends – or treated as a homogenous group.

⁴³ Original: the evidence certainly (...) suggests that this technocratic approach has not been able to deliver on the promises of mainstreaming.

⁴⁴ Original: International organizations, including the UN, often promote the inclusion of gender perspectives but see gender equality strategies primarily as a problem-solving device: as way of increasing legitimacy of international norms such as liberal democracy, humanitarian intervention, free

Como explicitado por Bessis (2004, p. 634, tradução nossa), “nem uma única organização internacional deixou de introduzir o conceito de gênero em sua missão e publicações declaradas, embora as boas intenções nem sempre sejam aplicadas na prática real”.⁴⁵ A presença das problemáticas de gênero gerou um discurso de boas intenções em relação a políticas sobre mulheres, mas que não é efetivo.

Logo, o que esse trabalho buscará fazer é analisar o nível da incorporação da transversalização de gênero pela ONU, focando em seus discursos e legislações quanto aos abusos sexuais cometidos por pacificadores (funcionários da ONU) durante as missões de paz. Essa análise será realizada tendo em vista o feminismo institucional, de forma a focar em uma legislação específica que, do ponto de vista da autora, “congela” todas as demais, visto que as demais iniciativas encontram a barreira da imunidade ao tentar culpabilizar os perpetradores.

trade, regional integration and so on. Implementing gender mainstreaming has rarely led to serious questioning of liberal institutionalist norms and how they may privilege masculine agency and reinforce gendered inequalities in power and resources in the market, state and civil society.

⁴⁵ Original: not a single international organization has failed to introduce the concept of gender into its stated mission and publications, although good intentions do not always make their way into actual practice.

3 ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL

Tendo em vista que este trabalho trata da exploração e abuso sexual pelos pacificadores das missões de paz da ONU, esse capítulo busca trazer materialidade para o argumento de que os casos de crimes sexuais saem impunes, explicitando alguns dos casos mais conhecidos. Para tal, busca-se, primeiramente, trazer um pouco da literatura feminista quanto a razão pela qual tais casos ocorrem.

Para alguns autores, a violência sexual contra mulheres é presumida como algo intrínseco a guerra e auto-explicatório: em tempos de guerra, homens irão cometer tais atos. Como dito acima, a violência sexual não ocorre apenas em contexto de conflito, o que fez com que surgisse a análise de que a cultura militar encoraja e até prepara e comanda a realização de tais atos por conta de suas consequências políticas.

As duas principais consequências desse pensamento são a desmoralização das comunidades inimigas, principalmente dos homens (grande maioria dos combatentes) que não foram capazes de proteger “suas mulheres” (se espelha tanto no conceito do homem ser possessivo em relação a mulher quanto ao fato do homem ver a mulher como um grupo vulnerável). A segunda principal consequência vem da própria cultura militar, que faz com que os combatentes vejam o estupro como uma recompensa, ajudando na socialização dos combatentes (PANKHURTS, 2008).

Além disso, é necessário entender que algumas vezes, a violência é cometida por forças inimigas, mas que ela também é comida por homens que tem a responsabilidade de proteger as mulheres e crianças, como os pacificadores da ONU, “que ainda, no geral, permanecem não sendo julgados, mesmo quando mulheres e meninas vulneráveis fornecem evidências e buscam reparação das autoridades relevantes” (PANKHURTS, 2008, p. 149, tradução nossa)⁴⁶.

Ao lidar com essa problemática da violência sexual ocorrer não só por combatentes inimigos, criou-se um consenso de que a violência sexual é algo inevitável se o homem não tiver nenhuma restrição social ou se ele acreditar que não será pego, já

⁴⁶ Original: who still on the whole remain unprosecuted even when vulnerable women and girls provide evidence to and seek redress from the relevant authorities.

que esse tipo de violência é fruto do modelo patriarcal no qual estamos inseridos.⁴⁷ As feministas usam do termo “masculinidade” para descrever os padrões de comportamento masculinos. Ou seja, em contexto de conflito, algumas expressões da masculinidade são mais promovidas que do outras.

As mulheres desempenham papéis chave na afirmação e encorajamento de todos os aspectos da masculinidade e uma das principais instituições para promover um ou outro conjunto de comportamentos é a da família, na qual as mulheres desempenham um papel importante na educação dos jovens e encorajam os adultos para favorecer um ou outro conjunto de atributos. Em alguns casos, isso leva as mulheres a exercerem uma grande pressão sobre os parentes do sexo masculino, incluindo os filhos, para que abracem a violência, “sejam corajosos”, lutem pela honra de sua família/nação, etc – ou seja, para que sejam um “homem de verdade” (PANKHURTS, 2008, p. 154, tradução nossa).⁴⁸

A própria construção da Guerra como uma ameaça em potencial ajuda a perpetuar o discurso de um grupo tido como vulnerável e que, por tanto, precisa ser protegido. A existência dessa vulnerabilidade (associada diretamente a mulheres e crianças) sustenta o discurso da importância do exército (associado a homens heróicos). É importante ter essa dicotomia em mente na hora de pensar nas tarefas exercidas por militares nas missões de paz.

Paula Drumond (2010) argumenta que há um entedimento coletivo entre os pacificadores de que “as tarefas militares de guerra são a parte importante e constituem o seu trabalho de fato e a sua identidade, enquanto tarefas de apoio, como trabalhos de caráter humanitário e de peacebuilding, são rotuladas como ‘tarefas de mulher’”. Esse entedimento quando contrastado com a masculinidade pode gerar uma necessidade de reafirmação que, por muitas vezes, se manifesta de forma violenta.

Para Jasmine-Kim Westendorf (2016), essa manifestação violenta acontece de diversas formas, algumas mais comuns que outras, todas as quais estão inclusas pelo

⁴⁷ Para se aprofundar no assunto, ler *War and Gender: how gender shapes the war system and vice versa* de Joshua S. Goldstein, 2003.

⁴⁸ Original: Women play key roles in affirming and encouraging all aspects of masculinities, and one of the main institutions for promoting one or other set of behaviours and values is that of the family, where women play a leading role in educating young people and indeed in encouraging adults to favour one or other set of attributes. In some cases, this leads women to put great pressure on male relatives, including sons, to embrace violence, to “be brave”, fight, stand up for the honour of your family/nation, etc. – in effect “be a real man”.

termo usado pela ONU para descrever essas situações: SEA (sexual exploitation and abuse), traduzido neste trabalho para EAS (exploração e abuso sexual). Ainda seguindo a narrativa da ONU, exploração sexual é “qualquer tentativa ou realização de abuso de uma posição de vulnerabilidade, de poder diferencial⁴⁹ ou de confiança, para fins sexuais, incluindo, mas não limitado, a lucrar monetariamente, socialmente ou politicamente com a exploração sexual do outro”⁵⁰, enquanto que abuso sexual é caracterizado como “a ameaça ou realização de intrusão física de natureza sexual, seja pela força ou por condições desiguais ou coercitivas” (UNSG Boletim do Secretário Geral: Medidas especiais para a proteção contra exploração sexual e abuso sexual, 2003, p. 01, tradução nossa)⁵¹.

Os dois conceitos acima são bastante abertos para que, assim, possa-se englobar as diversas formas de abuso/exploração que ocorrem em missões de paz. Contudo, “compreender a variação significativa na forma como [os EAS] são perpetrados e os fatores permissivos que os provocam são cruciais para uma resposta política eficaz” (WESTENDORF, 2016, p. 02, tradução nossa)⁵².

Moncrief (2017) também acredita que entender as variações de EAS é importante por conta de 4 razões: “Primeiro, a magnitude do EAS é potencialmente enorme [...]. Segundo, o problema provocou mudanças de cargos de alto nível [...]. Terceiro, um relatório da ONU identifica EAS como ‘o mais significativo risco’ a legitimidade pública das operações de paz da ONU [...]. Quarto, o fato de que o EAS varia de acordo com a missão indica que ele não é sub-produto inevitável das missões de paz.” (MONCRIEF, 2017, p. 716, tradução nossa)⁵³. Por essa razão, será trazido adiante as formas mais comuns de perpetuação de EAS.

⁴⁹ Por poder diferencial, entende-se o poder e a influência inerentemente maiores que os profissionais de ajuda tem em comparação com as pessoas que ajudam.

⁵⁰ Original: any actual or attempted abuse of a position of vulnerability, differential power, or trust, for sexual purposes, including, but not limited to, profiting monetarily, socially or politically from the sexual exploitation of another.

⁵¹ Original: the actual or threatened physical intrusion of a sexual nature, whether by force or under unequal or coercive conditions.

⁵² Original: understanding the significant variance in the way they are perpetrated and the permissive factors that give rise to them is crucial to effective policy response.

⁵³ Original: First, the magnitude of SEA is potentially enormous (...). Second, the problem has prompted high-level personnel changes (...). Third, a UN report identifies SEA as ‘the most significant risk’ to the public legitimacy of UN peacekeeping operations (...). Fourth reason: the fact that SEA varies by mission indicates that it is not an inevitable byproduct of multinational peacekeeping.

3.1 ABUSO SEXUAL OPORTUNISTA

Muitas investigações não relacionadas às Nações Unidas documentaram a perpetração do que parece ser abuso sexual oportunista por parte dos pacificadores, incluindo na República Democrática do Congo, Haiti, Serra Leoa e Guiné. Por exemplo, em 2015, a Humans Right Watch documentou violações na República Centro-Africana, incluindo duas meninas de 18 e 14 anos que foram estupradas por tropas armadas da MINUSCA perto de sua base. A menina mais velha estava atrás de comida ou dinheiro e foi ameaça de morte se ela resistisse, enquanto a mais nova simplesmente estava passando por ali (WESTENDORF; SEARLE, 2017, p. 369, tradução nossa).⁵⁴

De acordo com a ONU, o termo abuso sexual inclui agressão sexual, estupro e outras intrusões de natureza sexual, podendo ser perpetrado tanto por indivíduos quanto por grupos. O que diferencia o abuso sexual oportunista das demais formas de EAS é que “é para o benefício privado do estuprador/estupradores ou é realizado como algo comum a guerra, e não inclui o nível de pré-planejamento ou coordenação que é característico de outras formas de EAS” (WESTENDORF, 2016, p. 02, tradução nossa)⁵⁵.

Woods (2015) argumenta que essa forma de EAS é vista apenas como uma prática comum aos cenários de guerra, enquanto as outras são vistas como estratégias de guerra, e que “quando o estupro acontece como uma prática, ele não é ordenado (nem implicitamente) ou institucionalizado, mas é tolerado por uma variedade de razões” (WOODS, 2015, p. 473, tradução nossa)⁵⁶. Ou seja, o abuso sexual oportunista tem como propósito ser um meio de “compensar” os pacificadores por seu trabalho ou reforçar a coesão nas organizações que dependem de recrutamento forçado.⁵⁷

⁵⁴ Original: many non-UN investigations have documented the perpetration of what appears to be opportunistic rape by interveners, including in the Democratic Republic of the Congo (DRC), Haiti, Sierra Leone and Guinea. For example, in 2015 Humans Right Watch documented rapes in CAR, including that of two girls, aged 18 and 14, who were gang-raped by armed MINUSCA peacekeepers near their base, the older girl having been seeking food or money from the peacekeepers, and threatened with death if she resisted, while the younger had simply been walking by.

⁵⁵ Original: is for the private proposes of the rapist/s, or is perpetrated as a practice of war and does not include the level of pre-planning or coordination that is characteristic of the other forms of SEA.

⁵⁶ Original: When rape occurs as a practice, it is not ordered (even implicitly) or institucionalized, but is tolerated for a variety of reasons.

⁵⁷ Para uma melhor análise da razão pela qual os pacificadores cometem abuso/exploração sexual, ler Conflict-related sexual violence and the policy implications of recente research, de Elisabeth Jean Wood, 2015.

3.2 ABUSO PLANEJADO E SÁDICO

Três vítimas entrevistadas por um Oficial de Direitos Humanos da MINUSCA relataram que em 2014, elas e uma quarta garota foram amarradas e despidas dentro de um campo por um comandante militar da Força Sangaris (a intervenção militar francesa na CAR) e forçadas a fazerem sexo com um cachorro. (...) As três garotas entrevistadas buscaram tratamento médico básico. A quarta garota morreu depois de uma doença desconhecida. Uma das sobreviventes disse que ela era chamada de “a cachorra de Sangaris” pelas pessoas de sua comunidade.⁵⁸

Diferentemente do abuso sexual oportunista, o abuso planejado e sádico não é perpetrado em busca de benefício financeiro, como em casos de produção de pornografia que discutiremos mais a frente, ou por conta do oportunismo identificado pelos abusadores. Pelo contrário, essa forma de EAS acontece pela satisfação de um prazer sádico dos perpetradores e envolve planejamento e coordenação para que possa ocorrer.

Apesar de ser a forma de EAS menos comum, alguns casos emblemáticos ganharam certa atenção da mídia, como em 1993, quando pacificadores canadenses bateram, estupraram e torturaram até a morte um adolescente somali que foi pego tentando roubar comida e água que os próprios pacificadores haviam deixando como “isca para ladrões”⁵⁹, e em 2005, quando um funcionário que trabalhava na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) foi pego com centenas de vídeos mostrando ele torturando e abusando sexualmente de meninas⁶⁰.

3.3 SEXO TRANSACIONAL

⁵⁸ Aids Free World, ‘Shocking new reports of peacekeeper sexual abuse in Central African Republic’, 2016, disponível em: <http://www.codebluecampaign.com/press-releases/2016/3/30>. Acesso em: 13 set 2018.

⁵⁹ Para mais informações sobre o caso, ler: From the Clean Snows of Petawawa: The Violence of Canadian Peacekeepers in Somalia, de Sherene Razack.

⁶⁰ Emily Wax, “Congo’s Desperate ‘One-Dollar U.N Girls’”, Washington Post, 2005, disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A52333-2005Mar20.html>. Acesso em: 13 set. 2018. Para mais informações sobre o caso e um panorama geral sobre abusos e explorações sexuais ocorridas na República Democrática do Congo, ler: Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU, de Natalia Rayol Fontoura.

“Se eu for ver os soldados (da MONUSCO) à noite e dormir com eles, eles às vezes me dão comida, talvez uma banana ou um bolo”, diz Faela, de 13 anos, olhando para o filho. “Eu tenho que fazer isso com eles porque não há ninguém que se importe, ninguém que vá proteger Joseph exceto eu. Ele é tudo que eu tenho e eu preciso cuidar dele. Ir para o campo é ‘ok’ porque os soldados são gentis comigo e não apontam suas armas como os outros soldados faziam. Estou com medo por Joseph, mas talvez algo bom aconteça em breve”.⁶¹

Segundo o Relatório Zeid⁶², a grande maioria das alegações de EAS se encaixam no sexo transacional, também chamado de “sexo de sobrevivência”, ou seja, “a troca de sexo por dinheiro (em média, de um a três dólares por encontro), por comida (para consumo imediato) ou por trabalho” (AL-HUSSEIN, 2005, p. 08, tradução nossa).⁶³ Apesar do Relatório Zeid proibir qualquer troca por dinheiro, emprego, bens ou serviços por sexo, esse comportamento não é visto como criminoso com exceção de quando há crianças envolvidas, desconsiderando o contexto de extremo desespero e insegurança que faz com que as mulheres participem desses atos.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Save the Children⁶⁴ fizeram uma pesquisa no oeste africano e descobriram que alguns pais consideram essencial para a sobrevivência da família que seus filhos participem em atividades de sexo transacional. Esse discurso é apoiado pelos pacificadores dada uma perspectiva de que eles estariam sendo recompensados pela comida, recursos e dinheiro que estão doando, além de fazer a mulher envolvida se sentir segura (WESTENDORF; SEARLE, 2017).

⁶¹ Kate Holt e Sarah Hughes, “Sex and Death in the Heart of Africa”, The Independent, 2004, disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/africa/sex-and-death-in-the-heart-of-africa-564563.html>. Acesso em: 25 set. 2018.

⁶² Devido ao grande aumento nos relatos de abuso e exploração sexual por forças de paz da ONU na República Democrática do Congo, Zeid Ra'ad Zeid Al-Husseini, o Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU, publicou o chamado “Relatório Zeid” em março de 2005, expondo as violações e recomendando formas de lidar com as violações.

⁶³ Original: the exchange of sex for money (on average \$1-3 per encounter), for food (for immediate consumption) or for jobs.

⁶⁴ O Save the Children é uma organização não-governamental de defesa dos direitos das crianças no mundo ativa desde 1919, contando com mais de 120 escritórios nacionais espalhados pelo mundo, sendo os mais importantes localizados em Nova Iorque, Genebra e Bruxelas, nos quais acontece o trabalho de influência e articulação institucional, principalmente voltado às Nações Unidas e a União Europeia.

As próprias crianças, embora conscientes da natureza exploradora da troca, sentiam que essa era, muitas das vezes, a única opção que tinham para receber comidas e outras necessidades básicas, além de pagar por sua educação. Geralmente, os pais estavam cientes da exploração, mas também sentiam que não havia outra opção para garantir a sobrevivência da família e, embora não aprovassem, eles fingiam que não viam. No entanto, em alguns casos, foi relatado que os pais encorajaram suas filhas a se engajar em tais atividades para trazer renda a família. (UNHCR e Save the Children UK Sexual Violence and Exploitation: The Experience of Refugee Children in Guinea, Liberia and Sierra Leone, 2001. p. 03, tradução nossa).⁶⁵

É importante ressaltar que a proibição do sexo transacional é fortemente criticada por desconsiderar a capacidade da mulher de consentir livremente⁶⁶, porém, é necessário levar em conta “as condições estruturais subjacentes da pobreza e da desigual dinâmica de poder entre os pacificadores e os habitantes locais que criam um ambiente permissivo no qual as economias baseadas em sexo transacionais podem prosperar” (WESTENDORF; SEARLE, 2017, p. 373, tradução nossa).⁶⁷

3.4 EXPLORAÇÃO E ABUSO EM REDE

A participação dos pacificadores da ONU no comércio de escravas sexuais na Bósnia é um problema significativo e generalizado, resultante de uma combinação de fatores associados à operação de manutenção de paz da ONU e das condições gerais nos Balcãs. Mais precisamente, o comércio de escravas sexuais na Bósnia existe em grande parte por causa da operação de manutenção de paz da ONU. Sem a presença da missão de paz, teria havido pouca ou nenhuma prostituição forçada na Bósnia (Ex-Monitor de Direitos Humanos da ONU testemunhando ao Congresso dos Estados Unidos da América).⁶⁸

⁶⁵ Original: The children themselves, whilst aware of the exploitative nature of the exchange, felt this was often the only option they had in order to receive food and other basic necessities and to pay for education. Parents were often aware of the exploitation but also felt that there were no other options for their family to secure a livelihood and whilst not approving it, generally turned a blind eye. In some cases, however, it was reported that parents encouraged their daughters to engage in such activities to bring an income into the family.

⁶⁶ Para mais informações, ler: Regulation of Sexual Conduct in UN Peacekeeping Operations, de Olivera Simic, 2012.

⁶⁷ Original: the underlying structural conditions of poverty and unequal power dynamics between interveners and locals creates a permissive environment in which transactional sex economies can thrive.

⁶⁸ Audiência perante o Subcomitê de Operações Internacionais e Direitos Humanos da Comissão de Relações Internacionais, 2002, p. 70. Disponível em:

Esta forma de EAS está ligada a atividades ilegais orientadas para o lucro, como o envolvimento de pacificadores no tráfico de mulheres para trabalhar em bordéis, a compra de mulheres como escravas sexuais e a produção de pornografia. “Esse tipo de economia tende a durar mais do que as próprias operações de paz, incorporado o sexo e o tráfico na economia do pós-guerra” (WESTENDORF, 2016, p. 04, tradução nossa).⁶⁹

Por exemplo, pacificadores italianos foram acusados de administrar um círculo de prostituição⁷⁰ infantil dentro de seus quartéis em Saravejo, enquanto que no Timor Leste, a demanda por serviços sexuais após a chegada da Administração Transitória da ONU⁷¹ foi tão grande que levou ao surgimento de uma indústria do sexo internacionalizada (KOYAMA; MYRTTINEN, 2007). Logo, “mesmo quando os pacificadores não estão envolvidos no tráfico, eles podem estar praticando o EAS em rede ao ser condescendente com os lugares que estão, de fato, cometendo os abusos e explorações” (WESTENDORF; SEARLE, 2017, p. 374, tradução nossa).⁷²

3.5 CASOS DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL

Fontoura (2009) realizou uma pesquisa analisando 125 matérias da mídia internacional de língua inglesa, francesa e espanhola, além de documentos oficiais, chegando a conclusão que, atualmente, existem 14 operações de paz em andamento⁷³ das

http://commdocs.house.gov/committees/intlrel/hfa78948.000/hfa78948_of.htm. Acesso em: 01 out. 2018. Original: U.N peacekeepers' participation in the sex slave trade in Bosnia is a significant, widespread problem, resulting from a combination of factors associated with the U.N peacekeeping operation and conditions in general in the Balkans. More precisely, the sex slave trade in Bosnia largely exists because of the U.N peacekeeping operation. Without the peacekeeping presence, there would have been little or no forced prostitution in Bosnia.

⁶⁹ Original: This sort of peacekeeping economy tends to outlast peacekeeping operations, embedding sex and trafficking in the post-war economy.

⁷⁰ Círculo de prostituição foi traduzido do termo inglês “prostitution ring”, entendido como um negócio de prostituição no qual as pessoas são trazidas de outras cidade para trabalhar por algumas semanas ou meses, e depois são levadas para outro lugar, sendo substituída por novas pessoas, e assim por diante.

⁷¹ A Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET) foi uma missão de paz da ONU implantada no país entre 1999 e 2002.

⁷² Original: even where interveners are not involved in trafficking, they may be implicated in networked SEA by patronizing brothels that are.

⁷³ United Nations Peacekeeping: Peacekeeping Operations Fact Sheet, 2018, disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/pk_factsheet_07_18_eng.pdf. Acesso em: 01 out. 2018.

quais apenas 6 não foram citadas em nenhuma matéria. A Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo foi a mais citada, com porcentagem de 34%, razão pela qual será o foco dessa parte do trabalho, visto a dificuldade de encontrar evidência midiática das demais missões.

É importante citar que as operações não-citadas são as que contém menos militares⁷⁴, e que por ser uma missão de observação, estas não interagem tanto com a população local. Com exceção da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), todas as maiores operações da ONU em atividade tiveram casos de EAS, como é o caso da MONUSCO, que atualmente com 18.316 militares e policiais, e da Missão das Nações Unidas para estabilização no Haiti (MINUSTAH), que até sua extinção, chegou a atingir um contingente de quase 10.000 militares e policiais (FONTOURA, 2009).

O caso da MONUSCO foi escolhido justamente por ter alcançado um espaço na mídia maior do que os outros casos, fazendo com que fosse possível relatar de forma mais detalhada alguns dos casos. Contudo, é necessário o conhecimento que o primeiro relato de má-conduta (tortura, violência e abuso sexual) foi registrado em 1992, na Somália, e eles só vem aumentando desde então. A intenção desse trabalho não é ignorar os demais casos, mas demonstrar a barbaridade de forma geral para que, se possível, todos os casos possam ser devidamente investigados e julgados.⁷⁵

3.5.1 MONUSCO

⁷⁴ Para se aprofundar na análise da relação entre militares e EAS nas missões de paz da ONU, ler: *Military socialization, disciplinary culture, and sexual violence in UN peacekeeping operations*, de Stephen Moncrief, 2017.

⁷⁵ Para um entendimento mais amplo, contando inclusive com uma linha do tempo dos abusos sexuais, ler a dissertação de mestrado de Natalia Rayol Fontoura, intitulada “Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU”, 2009, especialmente o capítulo 4, que faz uma linha histórica dos casos menos conhecidos, e o capítulo 6 e 7, que tratam da MINUSTAH e da MONUSCO, respectivamente. Para um entendimento aprofundado sobre os casos na Libéria e na República Centro Africana, ler: *Why Security Forces Do Not Deliver Security: Evidence from Liberia and the Central African Republic*, de Andreas Mehler, 2012. Para se aprofundar em um estudo sobre a relação entre a noção de masculinidade e o abuso cometido por pacificadores canadenses, ler: *Militarized Masculinities and the Politics of Peacekeeping: The Canadian Case*, de Sandra Whitworth, 2005.

A Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo foi estabelecida em 1999, após a assinatura do acordo de cessar-fogo de Lusaka⁷⁶, com a missão de vigiar o cumprimento deste e de realizar outras funções, como o desarmamento e garantia da efetuação de eleições livres futuramente, contudo a situação no país ainda continua instável (FONTOURA, 2009), o que se torna claro ao olhar a situação das mulheres e crianças em relação ao EAS. Vale ressaltar que “em julho de 2010, a MONUC mudou seu nome para MONUSCO, parte porque a operação sofreu uma profunda perda de credibilidade por causa disseminação das acusações de abuso sexual, mas também por sua incapacidade geral de proteger civis” (KOVATCH, 2016, p. 158, tradução nossa).⁷⁷

A MONUSCO foi um divisor de água na ONU com relação ao abuso e à exploração sexual. A combinação de extrema pobreza das mulheres e meninas locais, a quase inexistência de outras formas de sobrevivência e a sensação de total impunidade experimentada pelos pacificadores foi a combinação “ideal”: Os muitos casos de má-conduta sexual por civis e militares, divulgados extensamente na mídia, evidenciaram não só a ineficiência da missão em vigiar e punir seus integrantes, mas a necessidade de implementação de medidas de combate ao abuso e à exploração sexual (FONTOURA, 2009, p. 161).

A pobreza extrema⁷⁸ faz com que as mulheres engajem em relações de sexo de sobrevivência (ou sexo transacional), “especialmente quando um grande número de homens estrangeiros – que muito provavelmente podem pagar mais que os homens locais – chega a estes locais” (FONTOURA, 2009, p. 164), até por serem consideradas as responsáveis pela sobrevivência da família (SIMIC apud FONTOURA, 2009). Além disso, o estupro de mulheres por pacificadores deu aos civis uma certeza de impunidade

⁷⁶ O Acordo de Cessar-Fogo de Lusaka foi um acordo assinado pelos chefes de Estado da Angola, República Democrática do Congo, Namíbia, Ruanda, Uganda, Zâmbia e Zimbábue para encerrar a Segunda Guerra do Congo.

⁷⁷ Original: In July 2010, MONUC changed its name to MONUSCO, in part because the operation had suffered such a profound loss of credibility not only due to widespread accusations of sexual abuse, but also for its general inability to protect civilians.

⁷⁸ Segundo o site do World Bank Group (o maior e mais conhecido banco de desenvolvimento, composto de cinco organizações internacionais que emprestam dinheiro para países em desenvolvimento), atualizado pela última vez em maio de 2018, a DRC está em 176 lugar de 187 países na lista dos países mais pobres do mundo, apesar de ter diminuído sua taxa de pobreza de 71% para 64% entre 2005 e 2012. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/drc/overview>. Acesso em: 01 out. 2018.

(GLASSBOROW et al, 2008) que fez com que o país chegasse a ser chamada pela ONU de “a capital mundial do estupro”⁷⁹.

Antes de apresentar alguns casos, é importante salientar que, apesar do grau de seriedade das denúncias – como, por exemplo, uma reportagem de 2002 do Independent⁸⁰ que afirmava que a ONU havia recebido um relatório que detalhava abusos sexuais, incluindo estupro de bebês e shows de pornografia -, foi dada pouca atenção ao assunto, “tanto com relação às denúncias quanto à estrutura de investigação e à implantação de medidas disciplinares” (FONTOURA, 2009, p. 169).

Um dos casos mais conhecidos é o Didier Bourguet, o único pacificador civil a ser preso por acusações de EAS⁸¹. Bourguet foi detido em 2004 em Goma pela polícia congoleza, que o entregou as autoridades francesa de forma que ele foi acusado de estupro de pelo menos 20 garotas. Em 2008, ele foi sentenciado a nove anos de cadeia pelo estupro de duas garotas entre as idades de 12 e 18 anos.

Ramita Navai⁸², em conjunto com uma rede de televisão britânica chamada Channel 4, realizou um documentário sobre os abusos de pacificadores da ONU chamado UN Sex Abuse Scandal, no qual ela consegue entrevistar Bourguet que, quando perguntado sobre com quantas crianças ele fez sexo no Congo, responde: “eu diria entre 20, 25. Eu não contei”⁸³.

Outra história provinda do Congo no mesmo documentário é de Annie. Quando tinha 13 anos, os rebeldes mataram os pais de Annie e depois a estupraram em grupo. Então, os soldados do governo vieram ao socorro e também a estupraram. Por fim, ela fugiu até uma base da MONUSCO, onde, novamente, foi estuprada.

Eu estava com as minhas amigas quando o conheci. Ele me levou para o lado e falou que me pagaria. Então, ele me estuprou e me deu um dólar. Ele disse

⁷⁹ “UN official calls DR Congo ‘rape capital of the world’, BBC News, 2010, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8650112.stm>. Acesso em: 03 out. 2018.

⁸⁰ “Sex and the UN: when peacemakers become predators”, The Independent, 2005, disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/africa/sex-and-the-un-when-peacemakers-become-predators-486170.html>. Acesso em: 03 out. 2018.

⁸¹ Lucy Mangan, “The UN Sex Abuse Scandal review – careful, dignified and grueling”, The Guardian, 2018, disponível em: <https://www.theguardian.com/tv-and-radio/2018/aug/01/the-un-sex-abuse-scandal-tv-review>. Acesso em: 04 out. 2018.

⁸² Premiada jornalista na área de Relações Internacionais e autora.

⁸³ Original: I would say about 20, 25. I didn’t count.

que iria me ajudar mas ele não ajudou. Eu nunca mais o vi de novo.
(COLLYNS, 2018, tradução nossa).⁸⁴

O *The Independent*⁸⁵ explicitou também o caso de Nadia que, com 13 anos, teve a mãe morta pela malária e o pai morto em guerra, deixando-a sozinha com suas duas irmãs e um irmão mais novo. Ela tentou trabalhar como faxineira mas o pagamento não era o suficiente. Foi quando um pacificador a ofereceu dinheiro para dormir com ele, e ela aceitou. E, até o tempo da entrevista, ela continuava a se prostituir para diferentes soldados das ONU por três meses.⁸⁶

Algumas vezes, os homens da ONU me levam com eles em seus carros para um hotel por uma ou duas horas – se isso acontece, eu consigo tomar um banho, o que é bom porque não temos isso onde eu vivo. Os homens da ONU sempre me falaram para não falar nada sobre quem eu durmo, eles falaram que vão me machucar se eu falar para alguém. Eles não são sempre maus, eles dão um bom dinheiro. As vezes um dólar, as vezes cinco, depende. (tradução nossa).⁸⁷

A história de Yvette e suas amigas também ficou conhecida, graças ao *Washington Post*⁸⁸. Yvette, na época da entrevista com 14 anos, conta que quando tinha 10 anos, foi estuprada por um homem da milícia. Ela diz lembrar-se de chorar muito, se agarrar nos seus pedaços de roupa e ir pedir ajuda, só para ouvir que ela não tinha feito nada de errado, mas que tinha perdido seu valor como esposa já que não possuía mais sua virgindade.⁸⁹

⁸⁴ Original: I was with my friends when I met him. He took me to one side and told me he'd pay me. Then he raped me and gave me a dollar. He told me he was going to help me but he didn't. I never saw him again.

⁸⁵ Jornal on-line britânico.

⁸⁶ "Sex and the UN: when peacemakers become predators", *The Independent*, 2005, disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/africa/sex-and-the-un-when-peacemakers-become-predators-486170.html>. Acesso em: 03 out. 2018.

⁸⁷ Original: Sometimes the UN men will take me with them in their cars to a hotel for an hour or two – if that happens I can have a shower which is good because we don't have them where I live. The UN men always tell me not to say anything about who I go with, they tell me that they will hurt me if I tell anyone. They are not always bad, they give me good money. Sometimes one dollar, sometimes five – it depends.

⁸⁸ Jornal diário estadunidense de maior publicação na capital do país.

⁸⁹ Emily Wax, "Congo's Desperate 'One-Dollar U.N. Girls'", *Washington Post*, 2005, disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A52333-2005Mar20.html>. Acesso em: 13 set. 2018.

Depois disso, Yvette e suas amigas passaram a ser mal vistas em sua comunidade, tendo ganho o apelido de “kidogo usharatis”, que, traduzindo do Swahili para o português, significa “pequenas prostitutas”. Assim, tiveram que começar a se prostituir para conseguir se sustentar, o que, novamente, fez com que sua própria comunidade as apelidassem de “garotas de um dólar da ONU”.⁹⁰

Eu fico triste com isso, mas eu precisava dos dólares. Quem vai me alimentar? (...) De tempo em tempo, eu ainda faço isso (sexo com pacificadores). As vezes acontece nos carros da ONU, as vezes na base. Mas pelo menos eles nos pagam. Eu não valia nada de qualquer forma. Minha honra foi perdida. (Congo's Desperate 'One-Dollar U.N Girls, Emily Wax, 2005, tradução nossa).⁹¹

A Associated Press⁹² também contou a história de uma garota não-nomeada de 14 anos que foi, durante uma visita de uma delegação da ONU, estuprada por um pacificador paquistanês enquanto cuidava dos seus irmãos. E mesmo tendo reportador o estupro, a garota nunca conseguiu nenhuma ajuda da ONU, nem para ela e nem para o filho que ela teve fruto do estupro.

Na mesma matéria⁹³, é contada a história da Blandine, uma menina que foi estuprada quando era adolescente e também ficou grávida. Seu filho Michael, com agora 8 anos, sabe que seu pai é um homem estrangeiro que veio com as missões de paz da ONU e por isso, sempre que vê um homem de pele clara, grita “Pai! Pai!”. A matéria ainda conta como Michael só brinca com outras “crianças de pacificadores”⁹⁴, e as mães tentam se ajudar visto que elas compartilham as “responsabilidades e a realidade de ser efetivamente sentenciada a uma vida de pobreza por causa de um único momento violento em suas juventudes”.⁹⁵

⁹⁰ Original: one-dollar U.N girls.

⁹¹ Original: I'm sad about it, but I needed the dollars. Who will feed me? (...) From time to time, I still do it. I am obligated. Sometimes it happens in U.N cars, other times at the camp. But at least they paid us. I was worthless anyhow. My honor was lost.

⁹² Cooperativa cujos proprietários são os jornais e estações de rádio e televisão estadunidense.

⁹³ Krista Larson, “UN Peacekeepers: Congo leads world in sex abuse allegations”, 2017, disponível em: <https://www.apnews.com/abbc13a929264889a110d2bb2cccf01f>. Acesso em: 03 out. 2018.

⁹⁴ Termo traduzido de “peacekeepers babies”, ou seja, quando um bebê é feito por um pacificador enquanto está em uma missão.

⁹⁵ Original: responsibilities and the reality of being effectively sentenced to a lifetime of poverty from a single, violent moment in their youths.

A matéria da Associated Press ainda conta com o caso de Bora - que, foi estuprada com 11 e 13 anos, tendo engravidado as duas vezes – e Noella que aos 14 anos vendia banadas para ajudar seus pais pagar sua mensalidade da escola até que foi estuprada por um pacificador e expulsa da casa de seus pais, tendo que criar sua filha sozinha. Ela colocou o nome da filha de “Hope”, que significa “Esperança” em inglês, “um nome que ela reza que vá dar a ela uma vida melhor independente das circunstâncias pela qual ela veio a este mundo” (UN Peacekeepers: Congo leads world in sex abuse allegations, Krista Larson, 2017).⁹⁶

Ademais, uma matéria do The Guardian⁹⁷ apresenta o caso de um adolescente e de uma criança que foram vítimas das tropas francesas. Alexis - então com 15 anos, descreveu as crianças fazendo sexo oral nos soldados em troca de refeição, que na realidade, eram apenas as sobras das comidas dos soldados – e Daniella, que tinha 10 anos quando um grupo de pacificadores ofereceu a ela um copo de água, levaram-na para a base a estupraram⁹⁸.

O ABC News⁹⁹ também relatou a história de uma menina de 14 anos que, ao buscar água no poço de sua comunidade, foi estuprada por um pacificador marroquino. A família denunciou o pacificador a ONU, porém, o comandante marroquino lhes ofereceu dinheiro para que o caso fosse esquecido, e assim aconteceu. Em entrevista¹⁰⁰ a ABC, a mãe da menina falou: “Como é que os mesmos homens que vêm trazer paz estão fazendo isso com a minha filha?”¹⁰¹.

A mesma matéria ainda traz a história da filha surda de Aimee Tsesi que com 15 anos foi estuprada e engravidada por um pacificador uruguaio e, não obstante, foi negada ajuda quando foi a base da ONU. Em entrevista a ABC, Tsesi disse: “A ONU não pode dar comida ou dinheiro para o meu neto, mas se a ONU não tivesse trazido esse soldado

⁹⁶ Original: a name she prayed would give her a better life despite the circumstances of how she came into the world.

⁹⁷ Jornal diário britânico.

⁹⁸ Lucy Mangan, “The UN Sex Abuse Scandal review – careful, dignified and grueling”, The Guardian, 2018, disponível em: <https://www.theguardian.com/tv-and-radio/2018/aug/01/the-un-sex-abuse-scandal-tv-review>. Acesso em: 04 out. 2018.

⁹⁹ Divisão de notícias da American Broadcasting Company (ABC).

¹⁰⁰ Brian Ross, David Scott e Rhonda Schwartz, “Peace at What Price?: U.N. Sex Crimes in Congo”, ABC News, 2005, disponível em: <https://abcnews.go.com/Blotter/UnitedNations/story?id=489306&page=1>. Acesso em: 04 out. 2018.

¹⁰¹ Tradução nossa. Original: So how come the same men who come to bring peace are doing this to my daughter?

aqui, minha filha não teria engravidado. E eu não estaria passando por esse sofrimento.”¹⁰²

Por fim, a BBC¹⁰³ entrevistou uma garota de 13 anos que, para proteger a criança, foi chamada de um nome fictício. “Elizabeth” descreveu como foi estuprada em grupo por 10 pacificadores perto de sua casa na Costa do Marfim: “Eles me pegaram e me jogaram no chão e eles se forçaram sobre mim... Eu tentei escapar mas haviam 10 deles e eu não podia fazer nada. Eu estava assustada. E eles simplesmente me deixaram lá sangrando.”¹⁰⁴

Esses são apenas alguns dos relatos contra pacificadores da ONU, mas é importante lembrar que muitas vítimas não denunciam por medo, seja de violência vinda dos pacificadores ou das repercussões que a denúncia gera em suas comunidades. Ainda sim, nos últimos 15 anos, a ONU recebeu por volta de 1,700 denúncias contra o seus funcionários – militares e civis – e até o presente dia, apenas 53 militares e 1 civil foram presos por cometer EAS.¹⁰⁵

Esse trabalho argumenta que a razão pela qual o número de condenações é tão baixo é, como já dito anteriormente, por conta da cultura masculinizada na qual os pacificadores estão inseridos e pelo apoio institucional provido pelos Acordos de Estatuto de Forças, que serão analisados no próximo capítulo.

¹⁰² Tradução nossa. Original: The U.N is not able to give me food or money for my grandson, but if the U.N hadn't brought this soldier here my daughter would not have become pregnant. And I would not be going through this suffering.

¹⁰³ Emissora pública de radio e televisão do Reino Unido.

¹⁰⁴ Tradução nossa. Original: They grabbed me and threw me to the ground and they forced themselves on me... I tried to escape but there were 10 of them and I could do nothing. I was terrified. Then they just left me there bleeding. “Peacekeepers ‘abusing children’”, BBC, 2008, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/7420798.stm>. Acesso em: 10 out. 2018.

¹⁰⁵ Susie Coen, “United Nations ‘failed the sex abuse victims of its own peacekeepers’ after more than 1,700 allegations in 15 years”, Daily Mail, 2018, disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-6005135/United-Nations-failed-sex-abuse-victims-peacekeepers.html>. Acesso em: 04 out. 2018.

4 AS IMUNIDADES E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Desde de sua criação, a ONU deixou clara a necessidade de haver imunidade quanto a jurisdição dos Estados-membros como algo necessário para que seus objetivos pudessem ser atingidos. Essas imunidades se estendem as suas premissas, propriedades, arquivos, comunicação e as diferentes categorias de pessoas ligadas a ela (BOON, 2016) mas também vem sendo usada como impedimento para que pacificadores acusados de crimes – neste caso, sexuais - sejam culpabilizados.

O propósito subjacente de uma operação de paz é prejudicado quando pessoas que estão – ou aparentemente são – associadas a ela quebram as regras. Isso é exacerbado quando nenhuma ação é ou parece ser tomada contra o perpetrador suspeito. Em outras palavras, a responsabilização eficaz não é apenas para ser desejada, mas é essencial para que os objetivos da operação não sejam subvertidos (HAMPSON; KIHARA-HUNT, p. 195, tradução nossa).¹⁰⁶

É comum que organizações e indivíduos que realizam missões internacionais em países estrangeiros sejam isentos de responder as leis referentes aos países em que estão operando, como, por exemplo, é o caso dos diplomatas. Contudo, o cerne das missões internacionais é, geralmente, “sobre restaurar a paz e a segurança internacional – não adicionar aos problemas, cometer crimes e não ser responsabilizado” (LADLEY, 2005, p. 81, tradução nossa)¹⁰⁷, logo, é contraditório – e perigoso – a ONU tentar manter/reestabelecer a paz enquanto seus funcionários cometem crimes e saem ilesos.

Apesar da proclamação de uma política de tolerância zero¹⁰⁸ e de fazerem 13 anos desde a publicação do Relatório Zeid e suas recomendações, os Estados-membros da

¹⁰⁶ Original: The underlying purpose of a peacekeeping operation is undermined when personnel actually or apparently associated with it break the rules. That is exacerbated when no action is or appears to be taken against the suspected perpetrator. In other words, effective accountability not only is to be desired in itself but is essential if the goals of the operation are not to be subverted.

¹⁰⁷ Original: about restoring international peace and security – not adding to the problems, committing crimes and being unaccountable.

¹⁰⁸ Zero-tolerância refere-se a proibição explícita de relações entre civis e pacificadores, especialmente entre funcionários da ONU e beneficiários da assistência - ou seja, troca de dinheiro, comida, serviços ou bens por sexo – e de relações com pessoas menores de 18 anos. UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Standards of Conduct. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/standards-of-conduct>>. Acesso em: 01 nov 2018.

ONU ainda não condenam adequadamente os indivíduos denunciados. Segundo Odello e Burke (2016), isso acontece, parcialmente, por causa do abuso das imunidades que deveriam proteger os indivíduos na missão, mas acabam gerando uma sensação de impunidade.

4.1 AS IMUNIDADES DOS PACIFICADORES

Os primeiros esboços da imunidade da ONU e dos seus subsidiários foi apresentado nos artigos 104 e 105 da Carta das Nações Unidas (acordo constitutivo que formou a ONU). O artigo 104 estipula que a Organização deve desfrutar da “capacidade jurídica necessária ao exercício de suas funções” (Carta das Nações Unidas, 1945, p. 65), enquanto que o artigo 105 fala expressamente que a Organização desfrutará “dos privilégios e imunidades necessários à realização de seus propósitos” (Carta das Nações Unidas, 1945, p. 65-66).

Porém, a parte mais importante é o parágrafo 3 do artigo 105, no qual a “Assembléia Geral poderá fazer recomendações com o fim de determinar os pormenores da aplicação dos parágrafos 1 e 2 deste artigo ou poderá propor aos membros das Nações Unidas convenções nesse sentido” (Carta das Nações Unidas, 1945, p. 66). Foi com base nesse parágrafo que surgiu a Convenção de Privilégios e Imunidades das Nações Unidas (CPI) e os Acordos de Estatuto de Forças (AEF).

Dependendo de sua função dentro da Organização, uma diferente entidade lhe garante um determinado tipo de imunidade. Devido ao presente trabalho tratar-se dos abusos e explorações sexuais cometidos por pacificadores, o foco será dado ao tipo de imunidade conferido a esses indivíduos.

Todos os militares que trabalham sob o Capacete Azul são, em primeiro lugar e acima de tudo, membros dos seus próprios exércitos nacionais e depois são transferidos para trabalhar sob o comando e controle da ONU. Nós temos mais de 100,000 funcionários uniformizados da ONU vindos de mais de 120 países.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Tradução nossa. Original: All military personnel working under the Blue Helmet are first and foremost members of their own national armies and are then seconded to work under the command and control

Quem garante imunidade aos contingentes militares da ONU – do qual os pacificadores fazem parte – são os Acordos de Estatuto de Forças, que são assinados entre a ONU e o país que pretende contribuir com as tropas. Segundo o Modelo de Acordo de Estatuto de Força da ONU, “militares do componente militar da missão de paz das Nações Unidas estarão sujeitos à jurisdição exclusiva do seu respectivo Estado em relação a quaisquer infrações penais que possam ser cometidas por eles em país ou território hospedeiro” (Modelo de Acordo do Estatuto de Forças das Nações Unidas, parágrafo 47b, 1990, tradução nossa).¹¹⁰

Ou seja, as tropas providas por um Estado-membro da ONU tem imunidade da jurisdição do país onde a missão acontece e, em troca, “o país de origem destes se comprometem a exercer jurisdição criminal e disciplinar” (FONTOURA, 2009, p. 49). Contudo, são poucos os casos em que os países de fato realizam o processo, preferindo apenas retirar o soldado da missão e trazê-lo de volta ao país sem mais nenhuma repercussão.¹¹¹

Um exemplo claro do que foi falado acima é o caso do Paquistão¹¹² que, mesmo com as provas sendo apresentadas, simplesmente retirou seus soldados da missão e os deixou retornar a sociedade. Ou, quando o julgamento ocorre, a punição é reduzida, como mostra o caso das tropas uruguaias que estupraram e abusaram de uma criança no Haiti e foram sentenciados a apenas três meses de prisão¹¹³.

of the UN. We have more than 100,000 UN uniformed personnel coming from over 120 countries. UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Military. Disponível em: < <https://peacekeeping.un.org/en/military>>. Acesso em: 01 nov 2018.

¹¹⁰ Original: Military members of the military component of the United Nations peacekeeping mission shall be subject to the exclusive jurisdiction of their respective participating states in respect of any criminal offences which may be committed by them in host country or territory.

¹¹¹ FREEDMAN. Why do peacekeepers have immunity in sex abuse cases? Disponível em: <https://edition.cnn.com/2015/05/22/opinions/freedman-un-peacekeepers-immunity/index.html>. Acesso em: 01 nov 2018.

¹¹² LYNCH. U.N Sexual Abuse Alleged in Congo. Disponível em: < <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A3145-2004Dec15.html>>. Acesso em: 01 nov 2018.

¹¹³ CENTER FOR ECONOMIC AND POLICY SEARCH. Reduced Charges Against Uruguayan MINUSTAH Troops Latest Example of Lack of UN Accountability. Disponível em: < <http://cepr.net/blogs/haiti-relief-and-reconstruction-watch/reduced-charges-against-uruguayan-minustah-troops-latest-example-of-lack-of-un-accountability>>. Acesso em: 01 nov 2018.

Existe uma percepção generalizada e bem fundamentada de que o pessoal de manutenção da paz da ONU, seja militar ou civil, que cometem violência sexual, raramente enfrentam ou podem ou vão enfrentar um processo criminal. A lacuna persiste apesar do fato de que esses crimes são geralmente reconhecidos como estando em violação das normas e leis internacionais de direitos humanos, e são incompatíveis com a política da própria ONU de tolerância zero para exploração de abuso sexual.¹¹⁴

Assim como a maioria das imunidades conferidas aos funcionários da ONU (ODELLO; BURKE, 2016), as imunidades dos mantenedores da paz tem base teórica e legal no princípio da funcionalidade, ou seja, a natureza e a extensão da imunidade é limitada para o que é funcionalmente necessário, categoria da qual crimes sexuais definitivamente não fazem parte. Como dito por Boon (2016, p. 363, tradução nossa), “as imunidades da ONU são entendidas apropriadamente como muito amplas mas funcionais e, portanto, sujeitas a limitações, embora os tribunais nacionais tenham aparentemente concluído que a ONU é imune porque é a ONU”¹¹⁵.

Usando o exemplo dado por Kathleen Jennings (2017) para explicar o princípio de funcionalidade, se um mantenedor da paz atropela e mata um pedestre enquanto está em serviço (seja dirigindo para um reunião, conduzindo uma patrulha, etc), ele é imune de acusação. Porém, se ele atropela e mata um pedestre enquanto dirige bêbado voltando de uma festa, ele não deveria poder desfrutar de sua imunidade.

É importante ressaltar que o Secretário Geral da ONU tem o poder de dispensar a imunidade dos funcionários que gozam do estatuto jurídico previsto na Convenção sobre Privilégios e Imunidades, permitindo que a acusação ocorra no país onde o crime foi cometido (LADLEY, 2005). Contudo, como já dito anteriormente, as imunidades dos mantenedores da paz são reguladas pelo AEF, ou seja, “esta imunidade não pode ser dispensada

¹¹⁴ Tradução nossa. Original: There exists a widespread and well-founded perception that UN peacekeeping personnel, whether military or civilian, who commit sexual violence, rarely do or can or will ever face criminal prosecution. The lacuna persists despite the fact that these crimes are generally recognized as being in violation of international human rights norms and laws, and are incompatible with the UN's own policy of zero tolerance for sexual exploitation and abuse. CODE BLUE. Ending impunity for sexual violence by UN peacekeeping personnel. Disponível em: < https://www.mcgill.ca/isid/files/isid/code_blue_mcgill_workshop_report_-_20_october_2015_revised.pdf>. Acesso em: 20 out 2018.

¹¹⁵ Original: U.N's immunities are properly understood as very broad but functional and hence subject to limitation, although national courts have appeared to conclude that the U.N is immune because it is the U.N.

pelo Secretário Geral uma vez que a jurisdição é exclusivamente do Estado remetente” (SHEERAN, 2010, p. 16, tradução nossa)¹¹⁶.

A imunidade funcional, para todos os efeitos, deve abranger apenas atos oficiais [...]. Isso parece óbvio no caso de crimes sexuais, mas a realidade da aplicação de imunidades, muitas vezes, difere, e elas continuam a servir como um impedimento para a acusação. No que se diz respeito ao contingente militar, o poder da ONU para agir limita-se ao repatriamento do indivíduo e, claro, a proibição de uma nova convocação. A dispensa de imunidade não é uma opção, mesmo tratando-se de crimes sexuais. Portanto, outras opções devem ser exploradas, particularmente quando os Estados remetentes não processam ou investigam alegadas violações cometidas pelas pessoas sobre as quais exercem jurisdição plena. (ODELLO; BURKE, 2016, p. 847, tradução nossa).¹¹⁷

4.2 CONSEQUÊNCIAS DAS IMUNIDADES

Como explicado no tópico acima, a ONU tem jurisdição limitada tratando-se de punir os pacificadores, sendo as únicas medidas punitivas possíveis “repatriar e banir o participação dos pacificadores em futuras missões da ONU (...). Assim, os Estados-membros mantêm a discricão sobre se processam ou não suas forças de paz por violar a lei do conflito armado e o direito internacional humanitário” (GILES, 2016, p. 150).

Certamente, há um efeito imediato ao remover os perpetradores do ambiente no qual eles estão cometendo abusos. No entanto, como isso garante a responsabilização, alimenta respostas punitivas ou melhora as capacidades investigativas disponíveis não é claro.¹¹⁸

¹¹⁶ Original: This immunity cannot be waived by the Secretary General since the jurisdiction is exclusive to the sending State.

¹¹⁷ Original: Functional immunity for all intents and purposes should cover official acts only [...]. This seems obvious in the case of sexual offences, but the reality of the application of immunities often differs, where they continue to serve as a bar to prosecution. With respect to military personnel, the power of the UN to take action is limited to repatriation of the individual concerned and of course non-redeployment. Waiver is not an option, even in the case of sexual crimes. Therefore, other options should be explored, particularly when sending states do not prosecute or investigate alleged violations by the personnel over which they exercise full jurisdiction.

¹¹⁸ Tradução nossa. Original: Certainly, there is an immediate effect of removing perpetrators from environment in which they are committing abuses. Yet how it ensures accountability, feeds into punitive responses or improves the investigative capacities available is unclear. SMITH, Sarah. Resolution 2272: Holding UN Peacekeepers Accountable. Disponível em: www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/resolution-2272-holding-un-peacekeepers-accountable/. Acesso em: 02 nov 2018.

Esse modelo de punição demonstra muitas falhas. A mais clara é a de que em vários países ainda não se criminaliza todas as formas de violência sexual¹¹⁹, visto que, em muitos países, o estupro apenas se configura como crime se a vítima for virgem¹²⁰ ou não tiver qualquer tipo de relação afetiva com o perpetrador (FONTOURA, 2009, p. 35), além de muitos países não criminalizarem a prostituição¹²¹.

Outra barreira é que “poucos países realmente processam seus pacificadores, mas os países que buscam processos geralmente utilizam tribunais militares domésticos” (GILES, 2016, p. 150)¹²². Esses tribunais, além de trabalharem com penas reduzidas¹²³, são considerados ser menos transparentes e independentes do que os tribunais civis (FONTOURA, 2009; JENNINGS, 2017).

Além disso, Westendorf e Searle (2017) ressaltam a dificuldade de investigação das denúncias. Não existem regras ou procedimentos para conduzir as investigações de modo que a fazer com que seja difícil provar aos padrões investigativos da ONU que o crime, de fato, ocorreu. Ademais, inclui-se a “recusa de muitas vítimas em testemunhar contra soldados por medo de retaliação; a dificuldade de obter evidências devido a situação do país; confusão sobre quem é responsável por investigar; a partida ou repatriação dos supostos criminosos e a falta de autoridade da ONU sobre os países em relação aos processos de investigação; e a relutância dos funcionários – tanto da ONU quanto dos países que contribuem com as tropas – de responsabilizar os perpetradores”. (WESTENDORF; SEARLE, 2017, p. 379, tradução nossa)¹²⁴. Jennings (2017), Van Der

¹¹⁹ FERNANDES, Marcella. De 173 países, 46 não têm lei específica sobre violência contra mulher.

Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2016/09/25/de-173-paises-46-nao-tem-lei-especifica-sobre-violencia-contr-a-21696656/>. Acesso em 01 nov 2018.

¹²⁰ HUMANS RIGHT WATCH. “We’ll Kill You If You Cry”: Sexual Violence in the Sierra Leone Conflict.

Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2003/01/16/well-kill-you-if-you-cry/sexual-violence-sierra-leone-conflict>. Acesso em 01 nov 2018.

¹²¹ Para um entendimento maior, foi realizado um estudo quanto o regimento contra ou a favor da prostituição em 100 países. Disponível em:

<https://prostitution.procon.org/view.resource.php?resourceID=000772>.

¹²² Original: Very few countries actually prosecute their peacekeepers, but countries that pursue prosecution generally utilize domestic military tribunals.

¹²³ Ver nota 8.

¹²⁴ Original: refusal of many victims to give evidence against soldiers because of fear of retribution; the difficulty of acquiring witness evidence because of the movement of people in crises; confusion over who is responsible for investigating; the departure of repatriation of alleged perpetrators, and the UN’s lack of authority over TCCs regarding investigative processes; and the reluctance of officials – in both UN missions and TCCs – to hold perpetrators accountable.

Mark (2012) e Defeis (2008) também apontam as dificuldades com tradução, armazenamento e preservação de evidências, diferentes idades mínimas tratando-se do consentimento para o sexo e limitações de recursos.

Na raiz do problema está a impunidade: quase nenhum dos suspeitos de responsabilidade criminal por crimes de violência sexual enfrenta uma ameaça real de ser processado por seus crimes. Na ONU, muitos casos não recebem uma investigação completa e imediata. Mas mesmo que um inquérito da ONU constata um suspeito responsável por estupro, quase não há consequências. Normalmente, o suposto agressor é mandado de volta para casa e o caso termina aí. Por causa das regras questionáveis sobre a imunidade para pacificadores, o dever de realizar o acusação é geralmente do país que contribui com as tropas. Eles raramente, ou nunca, fazem isso.¹²⁵

É importante lembrar também que o Acordo de Estatuto de Forças requer que o Secretário Geral obtenha garantias formais que o país contribuinte exercerá jurisdição a respeito dos crimes cometidos, porém, isso não acontece de fato (DEFEIS, 2008). “Nota-se que o Acordo de Estatuto de Força pressupõe que o Secretário Geral obterá garantias formais de um país contribuinte de tropas de que exercerá jurisdição penal sobre suas tropas em troca da imunidade que lhes é conferida pelo Estado anfitrião. Tais garantias formais não são mais obtidas, no entanto.” (RELATÓRIO ZEID, 2005, p. 06, tradução nossa)¹²⁶.

4.3 TRANSVERSALIZAÇÃO COMO FONTE DE LEGITIMIDADE

Como dito por Jacqui True (2009, p. 194, tradução nossa) sobre a perspectiva feminista em relação a transversalização de gênero por Organizações Internacionais, “nós estamos interessadas em como a incorporação da transversalização de gênero é adotada e implementada em Organizações Internacionais e se ela é cooptada pelas normas e

¹²⁵ MARINER, Joanne. UN peacekeepers who rape and abuse are criminals – so treat them as such. Disponível em: www.theguardian.com/global-development/2015/aug/20/un-peacekeepers-rape-sexual-abuse-criminals-car-ban-ki-moon. Acesso em: 07 nov 2018.

¹²⁶ Original: It is noted that the model status-of-forces agreement assumes that the Secretary-General will obtain formal assurances from a troop-contributing country that it will exercise criminal jurisdiction over its troops in return for the immunity conferred upon them by the host State under the terms of the status-of-forces agreement. Such formal assurances are no longer obtained, however.

políticas burocráticas existentes ou se produz transformação política”¹²⁷. Para tal, a autora sugere analisar a incorporação de 3 formas: governança interna, a prioridade dada ao assunto e as redes de comunicação e monitoramento entre a OI e os movimentos feministas. O presente trabalho foca na governança interna, porém, é importante pensar, mesmo que brevemente, nos demais níveis de análise.

Desde que a ONU clamou incorporar a transversalização de gênero com a Resolução 1325, a prevenção do abuso e exploração sexual tem sido um tópico tratado como prioritário em suas agendas¹²⁸. Porém, como dito por Bessis (2004, p. 634), “nem uma única Organização Internacional deixou de introduzir o conceito de gênero em sua missão e publicações, embora as boas intenções nem sempre sejam adotadas na prática”¹²⁹.

É importante ressaltar que existe uma abordagem feminista focada na perspectiva discursiva das Organizações Internacionais na hora de adotar a transversalização de gênero, focando em “como a transversalização produz novas formas de poder através da difusão de linguagem estratégica e processos de enquadramento que mudam o significado de mulheres, homens e igualdade de gênero em uma miríade de contextos” (TRUE, 2009, p. 190, tradução nossa)¹³⁰. Segundo essa perspectiva¹³¹, apesar da ONU se pronunciar frequentemente sobre o assunto, ainda há uma linguagem que trata as mulheres como vítimas, o que “reforça o essencialismo cultural e de gênero, e enfraquece as mulheres ao minar sua agência” (AROSSI, 2011, p. 579, tradução nossa)¹³².

¹²⁷ Original: we are interested in how gender mainstreaming is adopted and implemented in international institutions and whether it becomes co-opted by existing norms and bureaucratic politics or brings about political transformation.

¹²⁸ Ver tópico 1.1.1. Para mais informações, acessar: <https://www.un.org/preventing-sexual-exploitation-and-abuse/content/resolutions>, <https://www.un.org/preventing-sexual-exploitation-and-abuse/content/policies>, <https://www.un.org/press/en/2018/ga12050.doc.htm>, <https://peacekeeping.un.org/en/standards-of-conduct> ou ler Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU, de Natalia Fontoura, 2009.

¹²⁹ Original: Not a single international organization has failed to introduce the concept of gender into its stated mission and publications, although good intentions do not always make their way into actual practice.

¹³⁰ Original: how mainstreaming produces new forms of power through the diffusion of strategic language and framing processes that change the meaning of women, men and gender equality in myriad contexts.

¹³¹ Para um maior entendimento sobre essa perspectiva, ler Gender, Violence and Security: Discourse as Practice de Laura Sheperd, 2008.

¹³² Original: reinforces gender and cultural essentialism, and disempowers women by undermining their agency.

Quanto as redes entre especialistas e o movimento feminista, como mostrado no tópico 1.1, a ONU realizou – entre outras atividades – uma convenção com mais de 5.000 representantes de 192 países em conjunto com 30.000 representantes dos movimentos feministas. Contudo, tratando-se desse contato, “as feministas enfatizam a representação substantiva dos interesses das mulheres na discussão de políticas ou exigem que os especialistas consultem e sejam monitorados pelos movimentos feministas” (TRUE, 2009, p. 193)¹³³.

Apesar de ter feito contato com os movimentos feministas, a ONU ainda deixa a desejar na hora de atender as demandas do movimento, o que fica claro ao longo deste trabalho devido ao fato de ainda haver impunidade contra crimes sexuais. E, apesar da ONU postar relatórios sobre o ocorrências e acusações de crimes sexuais¹³⁴, estes são criticados por não demonstrar a situação real (GIBBINGS, 2011), o que foi explicitado com o caso de Anders Kompass, um funcionário sênior da ONU que foi suspenso ao expor um documento sobre abuso sexual na República Centro Africana.¹³⁵

Intitulado Abuso Sexual contra Crianças por Forças Armadas Internacionais e carimbado “confidencial” em toda página, o relatório detalha o estupro e sodomia de garotos famintos e desabrigados por pacificadores franceses que deveriam protegê-los [...]. A resposta instintiva da ONU à violência sexual – ignorar, negar, encobrir, dissimular – deve ser submetida a uma comissão verdadeiramente independente.¹³⁶

Tratando-se da governança interna, é importante notar que a ONU fez alguns esforços contra a perpetuação do EAS. Entre eles, a instituição de uma política de tolerância zero ao EAS¹³⁷, criação de uma força multidisciplinar para abuso e exploração

¹³³ Original: Feminists stress the substantive representation of women’s interests in policy discussion or require experts to consult with, and be accountable to, women’s movements.

¹³⁴ Para mais informações, acessar: <https://conduct.unmissions.org/table-of-allegations>.

¹³⁵ LAVILLE, Sandra. UN aid worker suspended for leaking report on child abuse by French troops. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/apr/29/un-aid-worker-suspended-leaking-report-child-abuse-french-troops-car>. Acesso em: 14 out 2018.

¹³⁶ Original: Entitled Sexual Abuse on Children by International Armed Forces and stamped “confidential” on every page, the report details the rape and sodomy of starving and homeless young boys by French peacekeeping troops who were supposed to be protecting them [...]. The U.N’s instinctive response to sexual violence in its ranks – ignore, deny, cover up, dissemble – must be subjected to a truly independent commission. LAVILLE, op. cit.

¹³⁷ UNITED NATIONS. General Assembly Adopts Resolution Reaffirming Commitment to Zero-Tolerance Policy on Sexual Exploitation, Abuse throughout United Nations System. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2018/ga12050.doc.htm>. Acesso em: 07 nov 2018.

sexual dentro do Departamento de Operações de Manutenção de Paz (FONTOURA, 2009), treinamentos de gênero para os pacificadores, aumento de soldados mulheres em missões de paz, implementação de toques de recolher para pacificadores, criação de zonas em que o acesso de pacificadores não é permitido e de um Código de Conduta (REEVES, 2012), entre outros.

Porém, como dito por Fontoura (2009, p. 53), “as imunidades de que gozam militares e civis são o motivo pelo qual a efetividade das medidas implementadas pela ONU em combate ao abuso e à exploração sexual mostrou-se tão limitada”. Deixando de lado a efetividade dos esforços feitos – como por exemplo, o fato de que os treinamentos de gênero geralmente duram, no máximo, dois dias (REEVES, 2012) e de que o contingente militar feminino em missões de paz não chega nem a 5% do total¹³⁸ -, é necessário entender que toda e qualquer ação é diminuída devido ao advento impunidade.

Obviamente, não se deve ignorar as demais medidas tomada pela ONU, visto que qualquer esforço a favor da prevenção de abuso e exploração sexual é válido, principalmente ao tratar-se da governança interna de uma Organização Internacional. Contudo, as ocorrências continuam acontecendo por conta do sentimento de impunidade que, até então, parece ser intrínseco as missões de paz (MCKAY, 1998).

Apesar da proclamação pelo Secretário Geral das Nações Unidas de uma política de “tolerância zero” contra os abusos, o impacto real dessa política não é percebido. Algumas medidas administrativas foram tomadas nos últimos anos, relatórios foram emitidos e mais controle foi exercido nas missões de paz; no entanto, as vítimas ainda ficam sem a reparação adequada e efetiva e os Estados-membros das Nações Unidas não estão agindo adequadamente contra indivíduos que cometem essas formas de violência. Isso está parcialmente ligado ao abuso de imunidades que supostamente protegem o indivíduo em missão e que acabam, na verdade, fornecendo impunidade. (ODELLO; BURKE, 2016, p. 839, tradução nossa)¹³⁹.

¹³⁸ UNITED NATIONS. Women in peacekeeping. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping>. Acesso em 08 nov 2018.

¹³⁹ Original: Despite the proclamation by the United Nations’ Secretary General of a ‘zero-tolerance’ policy against the abuses, the real impact of this policy is not perceived. Some administrative measures have been taken in recent years, reports have been issued, and some more control has been exercised in peacekeeping operations; however, victims are still left without adequate and effective redress and United Nations member states are not adequately acting against individuals who commit these forms of violence. This is partly linked to the abuse of immunities which are supposed to protect the individual on mission, and actually end up providing de facto impunity.

Isso ocorre pelo fato da ONU utilizar uma abordagem de incorporação de transversalização de gênero tecnocrática, ou seja, “a transversalização de gênero tecnocrática depende de especialistas em gênero ou burocratas dentro das Organizações Internacionais para conduzir o processo das políticas e programas de gênero” (TRUE, 2009, p. 193, tradução nossa)¹⁴⁰.

Essa abordagem contrasta com a abordagem recomendada pelas autoras feministas – a participatória¹⁴¹ –, mostrando que, de fato, apesar da ONU aparentemente ceder um certo local de fala para as mulheres¹⁴², não há uma preocupação com suas demandas de fato. É por conta disso que “a evidência dentro das Nações Unidas sugere que esta abordagem tecnocrática não foi capaz de cumprir as promessas de transversalização” (TRUE, 2009, p. 193, tradução nossa)¹⁴³.

Melhorar as políticas de igualdade de gênero requer a participação de vários atores que trabalham em vários níveis e, especialmente, de movimentos sociais. ONGs, ativistas e sociedade civil têm sido atores-chave na promoção de questões de gênero, mas ainda são frequentemente excluídos dos processos políticos. Isso tem sido particularmente problemático na implementação da incorporação da transversalização de gênero, que se deu basicamente sem a participação de sociedade civil e sem prestação de contas para os movimentos feministas. Dar voz aos atores da sociedade civil nos debates sobre políticas serviria a objetivos de legitimidade e eficácia. (CAGLAR et al., 2013, p. 04, tradução nossa)¹⁴⁴.

É importante entender, também, que é uma Organização Internacional financiada por Estados¹⁴⁵, logo, adota uma política de “deixar todo mundo feliz ao não deixar

¹⁴⁰ Original: Technocratic gender mainstreaming relies on gender specialists or line bureaucrats within international institutions to drive the process of gendering policies and programmes.

¹⁴¹ Para melhor entendimento, ler último tópico do primeiro capítulo.

¹⁴² Para uma problematização desse lugar de fala, ler *No Angry Women at the United Nations: Political Dreams and the Cultural Politics of the United Nations Security Council Resolution 1325* de Sheri Lynn Gibbins, 2011.

¹⁴³ Original: the evidence certainly within the United Nations suggests that this technocratic approach has not been able to deliver on the promises of mainstreaming.

¹⁴⁴ Original: Improving gender equality policies requires the participation of various actors working at multiple levels and especially of social movements. NGOs, activists and civil society have been key actors in the promotion of gender issues but they are still too often excluded from policy processes. This has been particularly problematic in the implementation of gender mainstreaming, which has proceeded largely without civil society input and has become unaccountable to feminist movements. Giving civil society actors a voice in policy debates would serve purposes of both legitimacy and efficacy.

¹⁴⁵ Artigo 17, parágrafo 2 da Carta de São Francisco, anuncia que “as despesas da Organização serão custeadas pelos membros, segundo cotas fixadas pela Assembléia Geral”.

ninguém triste” (BESSIS, 2004, p. 638, tradução nossa)¹⁴⁶. Responsabilizar indivíduos de contingentes nacionais por conta de crimes sexuais acabaria por gerar uma imagem ruim para os Estados contribuintes, que, por sua vez, poderiam tomar medidas como corte de financiamento ou de fornecimento de tropas. Como dito por Odello e Burke (2016, p. 848, tradução nossa), “os Estados podem ter pouca vontade de investigar e processar para evitar qualquer publicidade negativa por crimes e abusos cometidos por seus funcionários que trabalham no exterior”¹⁴⁷.

Outro fator importante a se levar em conta é a dificuldade de alterar a burocracia das Nações Unidas, razão pela qual vem sendo amplamente criticada¹⁴⁸. Para essa dificuldade é dada o nome de inércia burocrática¹⁴⁹ que, na visão de Bessis (2004, p. 645, tradução nossa), “exigirá lubrificação para aumentar seu ímpeto, e os documentos que ela produzir exigirão uma linguagem mais clara sobre questões de direitos das mulheres, de modo que a agora familiar retórica sobre gênero não se torne um alibi para a inação”¹⁵⁰.

A vontade política no entanto, não é a única razão pela qual os Estados, as organizações regionais e/ou as Nações Unidas são, na melhor das hipóteses, hesitantes, e na pior das hipóteses, relutante de intervir [...]. Embora a falta de ação possa parecer um caso de vontade política, pode, de fato, dever-se à inércia burocrática [...]. (TOTTEN, 1988, p. 31)¹⁵¹.

Além disso, a própria legitimidade da ONU enquanto Organização Internacional mantenedora da paz internacional está em jogo. Em relação as populações locais dos

¹⁴⁶ Original: make everyone happy by not making anyone unhappy.

¹⁴⁷ Original: Moreover, states may have little will to investigate and prosecute, also to avoid any negative publicity for crimes and abuses committed by their officials deployed abroad.

¹⁴⁸ BBC. ‘Sexo oral por biscoitos’: As denúncias de abuso sexual contra soldados e funcionários da ONU. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160304_denuncia_abuso_onu_fn. Acesso em: 03 nov 2018.

BROWN, Mark. The UN is under-funded, bureaucratic-labyrinth – and a force for good in the world. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/11699243/The-UN-is-an-under-funded-bureaucratic-labyrinth-and-a-force-for-good-in-the-world.html>>. Acesso em: 03 nov 2018.

¹⁴⁹ Inércia burocrática pode ser entendida como a tendência das Organizações de perpetuar os procedimentos estabelecidos, mesmo que sejam contraproducentes e/ou opostos aos objetivos organizacionais estabelecidos.

¹⁵⁰ Original: will require oiling if it is to increase its momentum, and the documents it produces will require clearer language on women’s right issues so that the now familiar rhetoric on gender does not become an alibi for inaction.

¹⁵¹ Original: Political will, however, is not the only reason why states, regional organizations and/or the United Nations are tentative, at best, and unwilling, at worst, to intervene [...]. While lack of action may appear to be a case of political will, it may, in fact, be due to bureaucratic inertia [...].

lugares em que ocorrem missões de paz, “militares e funcionários das Nações Unidas são embaixadores da imagem da organização: seu comportamento será crucial na percepção local sobre a missão, e na garantia de que a operação de paz gozará de legitimidade durante todo seu ciclo de existência” (FONTOURA, 2009, p. 40).

Já os demais países, ao duvidarem da legitimidade da ONU, podem diminuir o financiamento tal como barrar a intervenção da organização em seu país¹⁵², além de diminuir o poder da ONU de agir como ferramenta de pressão internacional contra violações de Direitos Humanos. “Outros estudiosos argumentam que a ONU não quer ser responsabilizada por alegações de exploração e abuso sexual [...] devido ao impacto negativo que tem sobre a organização” (VAN DER MARK, 2012, p. 10, tradução nossa)¹⁵³.

Baseado nos três níveis de análise, a ONU tem um discurso muito presente em torno da transversalização de gênero visto que “os últimos anos testemunharam mudanças substanciais. Enquanto a questão da igualdade das mulheres dificilmente era considerada de real interesse durante a primeira metade da existência das Nações Unidas, a preocupação com o status da mulher adquiriu importância crescente até que se situasse, corretamente, no centro discursivo de todas as Organizações Internacionais” (BESSIS, 2004, p. 633-634, tradução nossa)¹⁵⁴. Ou seja, quando a transversalização de gênero atingiu um nível importante na agenda internacional, a ONU se viu obrigada a incorporar esse discurso de forma a não perder sua legitimidade, mesmo que a linguagem utilizada nesses discursos ainda não seja ideal (ARROUSI, 2011).

Da mesma forma, o contato da Organização com os movimentos feministas acontece, principalmente por meio das Conferências Mundiais sobre Mulheres (KECK; SIKKINK, 1999), porém, esse contato não trabalha em cima das demandas dos movimentos feministas de fato, não busca por aconselhamento de sociedade civil e não realiza uma prestação de contas para com os movimentos (TRUE, 2009), além de

¹⁵² UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Principles of Peacekeeping. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/principles-of-peacekeeping>>. Acesso em: 10 nov 2018.

¹⁵³ Original: However, other scholar have argued that the UN does not want to be held accountable for allegations of sexual exploitation and abuse [...] because of the negative impact it has on the organization.

¹⁵⁴ Original: The last twenty years have witnessed substantial change. Whereas the issue of women’s equality was hardly considered to be of any real interest during the first half of the United Nations’ existence, concern with the status of women took on increasing importance until it rightly situated itself as the discursive center of all international institutions.

esconder os fatos (GIBBINGS, 2011) e silenciar¹⁵⁵ aqueles que acreditam que esse contato deveria ocorrer de outra forma. Ademais, a ONU adota a abordagem tecnocrática em relação a incorporação da transversalização, o que por si só já apresenta um caráter de pouca engajamento entre os formuladores de políticas e os movimentos feministas.

Por fim, a governança interna é o nível que apresenta a maior dificuldade tratando-se da incorporação da transversalização de gênero. Apesar de alguns esforços terem sido realizados quanto ao procedimento interno da organização perante casos de abuso e exploração sexual, seus resultados são diminuídos devido ao alto nível de impunidade que os perpetradores gozam.

Devido ao sistema de imunidades conferido aos pacificadores, a jurisdição encarregada de responsabilizar os perpetradores é a do seu Estado nacional. Com isso, acarretam-se muitos problemas – como as diferentes jurisdições dos Estados, Estados que não criminalizam todas as formas de violência sexual, penas reduzidas por conta do julgamento ocorrer em tribunais militares, problemas com a investigação, tradução, armazenamento e preservação de evidências, etc – que acabam, em conjunto com as idéias da cultura militarizada apresentada no segundo capítulo, resultando em impunidade para os perpetradores de crimes sexuais que participam das missões de paz da ONU.

Se os países contribuintes de tropas estivessem investigando e processando adequadamente os indivíduos responsáveis pela exploração e abuso sexual nas missões da ONU, toda essa discussão não teria sentido. As imunidades desempenhariam o papel para o qual foram concebidas, as vítimas gozariam de justiça e os responsáveis por abusos e crimes enfrentariam processos judiciais. (ODELLO; BURKE, 2016, p. 850, tradução nossa)¹⁵⁶.

Apesar da organização ter recebido – e continuar recebendo - diversas recomendações para alterar esse aspecto da governança interna, tanto de organizações da

¹⁵⁵ BANBURY, Anthony. I Love the U.N, but It Is Failing. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/03/20/opinion/sunday/i-love-the-un-but-it-is-failing.html>>. Acesso em: 10 nov 2018.

¹⁵⁶ Original: If TCS were properly investigating and prosecuting those individuals responsible of sexual exploitation and sexual abuse in UN mission, all this discussion would have no sense. Immunities would play the role for which they were devised, victims would enjoy justice and those responsible of abuses and crimes would face prosecution.

sociedade civil¹⁵⁷ como de membros ou órgãos internos da própria ONU¹⁵⁸, entre outros¹⁵⁹, nada foi feito para mudar o sistema de imunidades. Esse fato – juntamente com as análises dos outros dos níveis segundo o feminismo institucional – dá a entender que a ONU apenas adotou o discurso de incorporação da transversalização de gênero para manter sua legitimidade, tendo em vista que a pauta tornou-se importante nas discussões internacionais.

As Organizações Internacionais, inclusive as Nações Unidas, frequentemente promovem a inclusão da transversalização de gênero, mas vêem as estratégias de igualdade de gênero principalmente como um dispositivo de solução de problemas: como forma de aumentar a legitimidade de normas internacionais como democracia liberal, intervenção humanitária [...] e assim por diante (TRUE, 2009, p. 195)¹⁶⁰.

¹⁵⁷ Para mais informações, ler: A Practical Plan to End Impunity for Peacekeepers Sexual Abuse, realizado pelo Code Blue em parceria com a AIDS-Free World, 2016; ou Must Boys Be Boys? do Refugees International, 2005.

¹⁵⁸ Para mais informações, ler: Relatório Zeid, escrito pelo então Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos, 2005; ou Machel Study 10-year Strategic Review, realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, 1996.

¹⁵⁹ Diversos autores citados durante o texto fazem recomendações para que ocorra o fim da impunidade, entre eles Odello e Burke (2016), Giles (2017) e Ladley (2005).

¹⁶⁰ Original: International institutions, including the UN, often promote the inclusion of gender perspectives but see gender equality strategies primarily as a problemsolving device: as a way of increasing the legitimacy of international norms such as liberal democracy, humanitarian intervention [...] and so on.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as Nações Unidas, as missões de paz “provaram ser umas das mais eficazes ferramentas à disposição da ONU para ajudar os países anfitriões a percorrer o difícil caminho do conflito para a paz”¹⁶¹. De fato, tratando-se de áreas como eleições democráticas e comunicação depois de acordos de paz, diplomacia e análise de falhas, as missões de paz colecionam sucessos (JACOBSON, 2012). Contudo, “as missões de paz da ONU criam uma ilusão de segurança e de fazer algo bom, mas são inerentemente defeituosas” (JACOBSON, 2012, p. 06, tradução nossa)¹⁶².

Atualmente, existem 14 missões de paz comandadas pelo Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas, contando com um contingente total de 103.190 pessoas¹⁶³, entre elas, especialistas, militares, civis, voluntários, entre outros. Como dito por Ndulo (2009, p. 129, tradução nossa), “com o aumento dramático nas missões de paz da ONU, surgiu inadvertidamente um grande problema – o abuso e exploração sexual cometido por forças de paz em populações locais no contexto das missões”¹⁶⁴.

O abuso e exploração sexual nas missões de paz das Nações Unidas não é um fenômeno recente. Embora os registros oficiais estejam incompletos, há evidências documentais e anedóticas para indicar que, nas últimas décadas, tem ocorrido muitos casos de pessoas envolvidas em tal conduta, incluindo a ligação com prostituição, exigência de favores sexuais em troca de comida ou emprego, agressão sexual, estupro e pedofilia.¹⁶⁵

¹⁶¹ UNITED NATIONS PEACEKEEPING. What is Peacekeeping. Disponível em:

<https://peacekeeping.un.org/en/what-is-peacekeeping>. Acesso em: 10 nov 2018. Tradução nossa.

Original: Peacekeeping has proven to be one of the most effective tools available to the UN to assist host countries navigate the difficult path from conflict to peace.

¹⁶² Original: U.N peacekeeping creates the illusion of safety and doing something good, but is inherently flawed.

¹⁶³ UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Where we operate. Disponível em:

<https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>. Acesso em: 07 nov 2018.

¹⁶⁴ Original: With the dramatic increase in United Nations peacekeeping operations, a major problem has inadvertently emerged – the sexual exploitation and abuse committed by peacekeepers on local populations in the context of peacekeeping operations.

¹⁶⁵ UNITED NATIONS. Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects, 2006, p. 07. Tradução nossa. Original: Sexual exploitation and abuse in United Nations peacekeeping operations is not a recent phenomenon. While official records are incomplete, there is sufficient documentary and anecdotal evidence to indicate that, over the past decades, there have been many instances of personnel engaging in such conduct, including liaising with adult prostitutes, demanding sexual favours in return for food or employment, sexual assault, rape and paedophilia.

Diversos atores buscaram entender a razão pela qual esse fenômeno ocorre, concluindo que a forma como a guerra é construída, promovendo certas expressões de masculinidade (PANKHURTS, 2008), assim como o discurso militarizado em que a mulher é sempre vista enquanto vítima, acaba gerando um consenso de que a violência sexual é algo inevitável em contextos de guerra ou de reestabelecimento da paz (GOLDSTEIN, 2003).

Contudo, mais importante do que entender a razão pela qual esse tipo de comportamento acontece é, em minha opinião, entender porque ele continua acontecendo. A ONU claramente está ciente dos crimes sexuais realizados pelos seus funcionários, tendo escrito e incorporado relatórios sobre os crimes – como os relatórios Zeid e Brahimi –, implementando resoluções focadas no assunto – até o presente momento, foram 8 resoluções implementadas, sendo a Resolução 1325 considerada como a mais importante –, criando códigos de conduta¹⁶⁶, etc.

Ainda sim, apesar de todos os esforços, os casos de abuso e exploração sexual continuam a existir. Esse trabalho argumenta que a razão pela qual isso ocorre é o sistema de imunidades da ONU. Compreende-se que imunidades sejam algo necessário para o sucesso da implementação de missões internacionais em países estrangeiros, porém, a crítica se direciona para a forma como tais imunidades são implementadas pela ONU.

A carta constitutiva da ONU prevê a criação de convenções que deem diretrizes para as formas de imunidade gozadas pela ONU enquanto OI – como a Convenção de Privilégios e Imunidades das Nações Unidas – e seus funcionários. Com base nisso, foi acordado que os pacificadores seriam protegidos pelos Acordos de Estatuto de Forças, os quais, apesar de serem assinados diretamente entre a ONU e o país hospedeiro, seguem um modelo pré-definido pelo Modelo de Acordo de Estatuto de Forças das Nações Unidas.

Segundo esse modelo, os pacificadores recebem imunidade funcional – ou seja, a imunidade é limitada a ações/falas realizadas durante e por causa da sua missão internacional – e, caso ocorra algo fora dessa esfera, o contingente militar está sujeito à

¹⁶⁶ UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Standards of Conduct. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/standards-of-conduct>. Acesso em 11 nov 2018.

jurisdição exclusiva de seu respectivo Estado que se compromete, ao assinar o AEF, a exercer jurisdição criminal e disciplinar sobre o acusado.

Esse modelo apresenta várias falhas que acabam por fazer com que os pacificadores que cometem crimes sexuais saiam impunes. Entre elas, estão o fato de que muitos países não criminalizam todas as formas de violência sexual, não tendo, assim, base jurídica para julgar o acusado; a dificuldade de investigação, de tradução e de armazenamento e preservação de evidências; diferentes idades mínimas quanto ao consentimento para o sexo; e falta de garantias formais de que o Estado exercerá a jurisdição prometida.

Essas contradições e dificuldades geradas pelo EAF faz com que ocorram poucas investigações diante do número de denúncias feitas e ainda menos condenações. É importante ressaltar também que, mesmo quando as condenações acontecem, elas ocorrem via tribunais militares domésticos, os quais contém seus próprios regimentos, fazendo com que os condenados recebam penas reduzidas, o que também pode ser considerado como uma certa forma de impunidade.

Grupos de especialistas contratados pela ONU¹⁶⁷ e funcionários do alto escalão ONU¹⁶⁸ não só reconheceram essas falhas como formularam sugestões para resolvê-las, como a criação de tribunais ad hoc (ou seja, específico para determinado caso), criação de uma Corte Internacional específica para casos de crimes sexuais em missões de paz, jurisdição conjunta entre o país contribuinte e o país anfitrião, etc. No entanto, nenhuma dessas sugestões foi implementada, fazendo com que a impunidade se perpetuasse.

Segundo a lógica do feminismo institucional, isso ocorre porque as Organizações Internacionais – nesse caso, a ONU – buscam incorporar as demandas da transversalização de gênero de forma rasa, sem causar transformações sociais reais, como meio de conquistar legitimidade perante o sistema visto que a pauta ganhou importância nas discussões internacionais nos últimos anos.

Desta forma, a ONU consegue não mexer em sua burocracia que, como mostrado anteriormente, acoberta os casos e, portanto, protege o prestígio internacional da organização, ao mesmo tempo que também “atende” as demandas da transversalização

¹⁶⁷ Ver Relatório Brahimi, 2000.

¹⁶⁸ Ver Relatório Zeid, 2005.

de gênero, fazendo com que seja mais difícil que movimentos sociais critiquem a organização visto que, em seu discurso, a transversalização está sempre presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIDS FREE WORLD. **Shocking new reports of peacekeeper sexual abuse in Central African Republic**. 2016. Disponível em: <http://www.codebluecampaign.com/press-releases/2016/3/30>. Acesso em: 13 set 2018.
- AL-HUSSEIN, Zeid. **Zeid Report**. 2005.
- AROUSI, Sahla. **Women, Peace and Security: Addressing Accountability for Wartime Sexual Violence**. 2011.
- BANBURY, Anthony. **I love the U.N, but it is Failing**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/03/20/opinion/sunday/i-love-the-un-but-it-is-failing.html>. Acesso em: 10 nov 2018.
- BBC. **‘Sexo oral por biscoitos’: As denúncias de abuso sexual contra soldados e funcionários da ONU**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160304_denuncia_abuso_onu_fn. Acesso em: 03 nov 2018.
- BBC. **Peacekeepers abusing children**. 2008. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/7420798.stm>. Acesso em: 10 out. 2018.
- BBC. **UN official calls DR Congo ‘rape capital of the world’**. 2010. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8650112.stm>. Acesso em: 03 out. 2018.
- BESSIS, Sophie. **International Organizations and Gender: New paradigms and Old Habits**. 2004.
- BOON, Kristen. **The United Nations as Good Samaritan: Immunity and Responsibility**. 2016.
- BROWN, Mark. **The UN is under-funded, bureaucratic-labyrinth – and a force for good in the world**. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/11699243/The-UN-is-an-under-funded-bureaucratic-labyrinth-and-a-force-for-good-in-the-world.html>. Acesso em: 03 nov 2018.
- CAGLAR, Guelay et al. **Feminist Strategies in International Governance**. 2013.
- CENTER FOR ECONOMIC AND POLICY SEARCH. **Reduced Charges Against Uruguayan MINUSTAH Troops Latest Example of Lack of UN Accountability**. Disponível em: <http://cepr.net/blogs/haiti-relief-and-reconstruction-watch/reduced-charges-against-uruguayan-minustah-troops-latest-example-of-lack-of-un-accountability>. Acesso em: 01 nov 2018.
- CHARLESWORTH, Hilary. **Not Waving but Drowning: Gender Mainstreaming and Human Rights in the United Nations**. 2005.

CODE BLUE. **Ending impunity for sexual violence by UN peacekeeping personnel.**

Disponível em:

<https://www.mcgill.ca/isid/files/isid/code_blue_mcgill_workshop_report_-_20_october_2015_revised.pdf>. Acesso em: 20 out 2018.

CODE BLUE. **The problem.** Disponível em <http://www.codebluecampaign.com/the-problem/>. Acesso: 09 nov 2018.

COEN, Susie. **United Nations ‘failed the sex abuse victims of its own peacekeepers’ after more than 1,700 allegations in 15 years.** 2018. Disponível em:

<https://www.dailymail.co.uk/news/article-6005135/United-Nations-failed-sex-abuse-victims-peacekeepers.html>. Acesso em: 04 out. 2018.

COHN, Carol. **Mainstreaming Gender in UN Security Policy: A Path to Political Transformation?** 2008.

COLLYNS, Samuel. **UN Sex Abuse Scandal.** 2018.

COMMITTEE ON INTERNATIONAL RELATIONS. **The U.N and the sex slave trade in Bosnia: Isolated case or larger problem in the U.M system?** 2002. Disponível em:

http://commdocs.house.gov/committees/intlrel/hfa78948.000/hfa78948_of.htm. Acesso em: 01 out. 2018.

DEFEIS, Elizabeth. **U.N. Peacekeepers and Sexual Abuse and Exploitation: An End to Impunity.** 2008.

FERNANDES, Marcella. **De 173 países, 46 não têm lei específica sobre violência contra mulher.** Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2016/09/25/de-173-paises-46-nao-tem-lei-especifica-sobre-violencia-contra-a-21696656/>. Acesso em 01 nov 2018.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** 1975.

FONTOURA, Natalia. **Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU.** 2009.

FREEDMAN. **Why do peacekeepers have immunity in sex abuse cases?** Disponível em: <https://edition.cnn.com/2015/05/22/opinions/freedman-un-peacekeepers-immunity/index.html>. Acesso em: 01 nov 2018.

GIBBINS, Sheri. **No Angry Women at the United Nations: Political Dreams and the Cultural Politics of United Nations Security Council Resolution 1325.** 2011.

GILES, Shayna Ann. **Criminal prosecution of UN peacekeepers: when defenders of peace incite further conflict through their own misconduct.** 2017.

GLASSBOROW, Katy et al. **Sexual violence in the Democratic Republic of Congo.** 2008.

GOLDSTEIN, Joshua. **War and Gender: How Gender Shapes the War System and Vice Versa**. 2003.

HAFNER-BURTON, Emilie. **Gender mainstreaming and Global Governance**. 2002.

HAMPSON, Françoise; KIHARA-HUNT, Ai. **The accountability of personnel associated with peacekeeping operations**. 2007.

HOLT, KATE; HUGHES, Sarah. **Sex and Death in the Heart of Africa**. 2004.
Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/africa/sex-and-death-in-the-heart-of-africa-564563.html>. Acesso em: 25 set. 2018.

HUMANS RIGHT WATCH. **“We’ll Kill You If You Cry”: Sexual Violence in the Sierra Leone Conflict**. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2003/01/16/well-kill-you-if-you-cry/sexual-violence-sierra-leone-conflict>. Acesso em 01 nov 2018.

JACOBSON, Thomas. **U.N Peacekeeping: Few Successes, Many Failures, Inherent Flaws**. 2012.

JANSSON, Maria. **The politics of gender in the UN Security Council resolutions on women, peace and security**. 2016.

JENNINGS, Kathleen. **The immunity Dilemma: Peacekeepers’ Crimes and the UN’s Response**. 2017.

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. **Trasnational advocacy networks in international and regional politics**. 1999.

KOVATCH, Bonnie. **Sexual exploitation and abuse in UN peacekeeping missions: A case study of MONUC and MONUSCO**. 2016.

KOYAMA, Shukuko; MYRTTINEN, Henri. **Unintended consequences of peace operations on Timor Leste from a gender perspective**. 2007.

LADLEY, Andrew. **Peacekeeper Abuse, Immunity and Impunity: The Need for Effective Criminal and Civil Accountability on International Peace Operations**. 2005.

LARSON, Krista. **UN Peacekeepers: Congo leads world in sex abuse allegations**. 2017. Disponível em: <https://www.apnews.com/abbc13a929264889a110d2bb2cccf01f>. Acesso em: 03 out. 2018.

LAVILLE, Sandra. **UN aid worker suspended for leaking report on child abuse by French troops**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/apr/29/un-aid-worker-suspended-leaking-report-child-abuse-french-troops-car>. Acesso em: 14 out 2018.

LOCHER, Birgit. **Las relaciones internacionales desde la perspectiva de los sexos**. 2007.

LYNCH. **U.N Sexual Abuse Alleged in Congo.** Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A3145-2004Dec15.html>>. Acesso em: 01 nov 2018.

MANGAN, Lucy. **The UN Sex Abuse Scandal review – careful, dignified and grueling.** 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/tv-and-radio/2018/aug/01/the-un-sex-abuse-scandal-tv-review>. Acesso em: 04 out. 2018.

MARINER, Joanne. **UN peacekeepers who rape and abuse are criminals – so treat them as such.** Disponível em: www.theguardian.com/global-development/2015/aug/20/un-peacekeepers-rape-sexual-abuse-criminals-car-ban-ki-moon. Acesso em: 07 nov 2018.

MCKAY, Susan. **The Effects of Armed Conflict on Girls and Women.** 1998.

MONCRIEF, Stephen. **Military socialization, disciplinary culture, and sexual violence in UN peacekeeping operations.** 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas.** 1945.

NAÇÕES UNIDAS. **Conclusões Acordadas do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.** 1997.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948.

NAÇÕES UNIDAS. **Medidas especiais para a proteção contra exploração e abuso sexual.** 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **Modelo de Acordo do Estatuto de Forças das Nações Unidas.** 1990.

NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1325 do Conselho de Segurança.** 2000.

NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1820 do Conselho de Segurança.** 2008.

NDULO, Muna. **The United Nations Responses to the Sexual Abuse and Exploitation of Women and Girls by Peacekeepers During Peacekeeping Missions.** 2009.

ODELLO, Marco. BURKE, Róisín. **Between immunity and impunity: peacekeeping and sexual abuses and violence.** 2016.

PANKHURST, Donna. **Sexual Violence in War.** 2009.

PANKHURST, Donna. **The Gendered Impact of Peace.** 2008.

REES, Teresa. **Mainstreaming Equality in Europe Union.** 1998.

REEVES, Audrey. **Feminist Knowledge and Emerging Governmentality in UN Peacekeeping.** 2012.

SCHWARTZ, Rhonda et al. **Peace at What Price?: U.N. Sex Crimes in Congo**. 2005. Disponível em: <https://abcnews.go.com/Blotter/UnitedNations/story?id=489306&page=1>. Acesso em: 04 out. 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórico**. 1989.

SHEERAN, Scott. **UN Peacekeeping and The Model Status of Forces Agreement**. 2010.

SHEPARD, Laura. **Sex or Gender? Bodies in World Politics and Why Gender Matters**. 2009.

SMITH, Sarah. **Resolution 2272: Holding UN Peacekeepers Accountable**. Disponível em: www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/resolution-2272-holding-un-peacekeepers-accountable/. Acesso em: 02 nov 2018.

TOTTEN, Samuel. **The Prevention and Intervention of Genocide**. 1998.

TRUE, Jacqui. **Mainstreaming Gender in Global Public Policy**. 2003.

TRUE, Jacqui. **Mainstreaming Gender in International Institutions**. 2009.

UNITED NATIONS HUMANS RIGHT COUNCIL; SAVE THE CHILDREN. **Violence and Exploitation: The Experience of Refugee Children in Guinea, Liberia and Sierra Leone**. 2001.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Data**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/data>. Acesso em: 10 nov 2018.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Department of Peacekeeping Operations**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/department-of-peacekeeping-operations>. Acesso em 10 nov 2018.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Military**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/military>. Acesso em: 01 nov 2018.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Peacekeeping Operations Fact Sheet**. 2018. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/pk_factsheet_07_18_eng.pdf. Acesso em: 01 out. 2018.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Principles of Peacekeeping**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/principles-of-peacekeeping>. Acesso em: 10 nov 2018.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Standards of Conduct**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/standards-of-conduct>. Acesso em 11 nov 2018.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **What is Peacekeeping**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/what-is-peacekeeping>. Acesso em: 10 nov 2018.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Where we operate.** Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>. Acesso em: 07 nov 2018.

UNITED NATIONS WATCH. **Why the UN Needs Accountability: Recent Sexual Abuse Cases.** Disponível em: <<https://www.unwatch.org/un-needs-accountability-recent-sexual-abuse-cases/>>. Acesso em: 10 nov 2018.

UNITED NATIONS. **Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects.** 2006.

UNITED NATIONS. **Gender mainstreaming, an overview.** Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/e65237.pdf>>. Acesso em 07 nov 2018.

UNITED NATIONS. **General Assembly Adopts Resolution Reaffirming Commitment to Zero-Tolerance Policy on Sexual Exploitation, Abuse throughout United Nations System.** Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2018/ga12050.doc.htm>. Acesso em: 07 nov 2018.

UNITED NATIONS. **History of the United Nations.** Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/history/history-united-nations/>>. Acesso em: 10 nov 2018.

UNITED NATIONS. **Women in peacekeeping.** Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping>. Acesso em 08 nov 2018.

VAN DER MARK, Carlyn. **Sexual exploitation and abuse by U.N peacekeepers: why the problem continues to persist.** 2012.

WAX, Emily. **Congo's Desperate 'One-Dollar U.N Girls'.** 2005. Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A52333-2005Mar20.html>. Acesso em: 13 set. 2018.

WESTENDORF, Jasmine-Kim. **Mapping the impact of sexual exploitation and abuse by interveners in peace operations.** 2016.

WESTENDORF, Jasmine-Kim. SEARLE, Louise. **Sexual exploitation and abuse in peace operations: trends, policy responses and future directions.** 2017.

WOOD, Elisabeth. **Conflict-related sexual violence and the policy implications of recent research.** 2015.